

A grande greve

35 milhões de trabalhadores param contra o "Plano Verão"

Última pág.

Roberto Parizotti/Tribuna Metalúrgica



**A "nova"
democracia
na Venezuela**

pág. 14

**Dívida externa:
os planos do
imperialismo**

pág. 4

**Lula 89:
lançados comitês
de campanha**

pág. 10

**Administrações:
a questão dos
transportes**

págs. 8 e 9

PM mata posseiros no sul

págs. 6 e 7

Editorial

O jogo da imprensa

Do jeito como vem se comportando a grande imprensa em relação ao PT, é possível retomar hoje, sem risco de errar, a velha imagem de um conhecido autor alemão para quem os jornais, embora durem apenas um dia, "se espalham pelo chão, emporcalhando a cidade". Maior prova disso foram as grosseiras campanhas movidas contra a prefeira de São Paulo, Luiza Erundina, por conta de sua corajosa posição de apoio à greve geral dos dias 14 e 15 de março, e contra o prefeito de Porto Alegre, Olfvio Dutra, pelo mesmo motivo e também durante a intervenção em empresas de ônibus na capital gaúcha — para ficar só nos exemplos mais clamorosos.

A calúnia, a infâmia, a distorção dos fatos, a manipulação da notícia promovidas pelas grandes monopólios da informação no Brasil são velhos conhecidos do PT. Não só temos sido golpeados por eles desde a fundação do partido, como os combatemos sistematicamente, defendendo o direito social à informação e a democratização dos meios de comunicação de massa — que nada têm a ver com uma certa "liberdade de imprensa", concebida apenas como o direito dos proprietários dos veículos de comunicação divulgarem exclusivamente o que e como lhes interessa.

Por sabermos de sobra tudo isso, chama a atenção que, nos últimos tempos, venha se generalizando no PT o hábito, leviano, de discutir pela grande imprensa questões, divergências, posições, textos próprios do debate interno e, portanto, perfeitamente passíveis de difusão na imprensa partidária. Não se trata, pois, de esconder seja lá o que for, mas de não permitir que a grande imprensa manipule a opinião petista, confundindo, desinformando e, até, semeando a discórdia. Além disso, consideramos equivocado travar a luta política entre companheiros fora das instâncias legítimas do partido.

É preciso retificar esta prática o quanto antes pois, como bem lembra o saudoso Carlos Drummond de Andrade, "pelas notícias de ontem, o jornal de hoje faz temer as de amanhã". (RF)

Notas/Informações

Tortura de posseiros

No estado do Pará continua violento o massacre e perseguição de posseiros. No último dia 23 de fevereiro, 80 famílias que ocupam uma área há mais de dois anos foram surpreendidas por policiais, que invadiram e levaram presas 17 pessoas, três das quais desaparecidas.

A área referida é reivindicada pelo fazendeiro Trajano, que entrou com pedido de reintegração de posse no dia 2 de

fevereiro passado. No dia seguinte foi concedida a liminar pelo juiz. No dia 25 de fevereiro, os policiais invadiram mais uma vez o local e dispararam contra os posseiros. Quatro pessoas foram presas, permaneceram 24 horas sem comer e foram submetidas às mais humilhantes torturas: espancamento com fuzil, tentativas de enforcamento e afogamento na lama. Os policiais continuam ameaçar as famílias de despejo.

Filha de Che no Brasil

Hilda Guevara, filha do militante revolucionário Ernesto Che Guevara (morto em 1967), está visitando o Brasil a convite do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. A visita faz parte das comemorações do 30.º aniversário do sindicato, que coincide com os 30 anos da Revolução Cubana e da Casa das Américas, entidade fundada naquele país para estimular a integração da cultura latino-americana. Atualmente, Hilda trabalha na biblioteca dessa entidade.

Em visita à Sede Nacional do PT, Hilda contou um pouco de sua história: ela é filha de Che Guevara e Hilda Ga-

dea, militante revolucionária peruana, que se conheceram em 1954, na Guatemala (América Central). Devido a um golpe de Estado em 1955 naquele país, ambos tiveram que fugir para o México, onde Hilda Guevara veio a nascer no ano seguinte. Ela chegou em Cuba em janeiro de 1959 e lá permaneceu até 1976, quando foi morar na Itália. Voltou a Cuba em 1986, onde mora atualmente.

No Brasil, Hilda encontrou sindicalistas e líderes de movimentos populares. Também esteve com a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, de quem colheu uma "excelente impressão".

Osmarino na TVS

O secretário do Conselho Nacional dos Seringueiros, Osmarino Amâncio Rodrigues, esteve em São Paulo na primeira semana de março para participar do programa Jô Soares Onze e Meia, da TVS. Na entrevista com Jô Soares, Osmarino falou sobre a violência contra trabalhadores rurais no Acre. Ele próprio está ameaçado de morte por jagunços contratados por latifundiários daquele estado.

Osmarino também esteve na Sede Nacional do PT e bateu um papo com a redação do BN. Aproveitou para divulgar a realização do 1.º Encontro dos Povos da Flores-

ta, marcado para 25 a 30 de março com o objetivo de discutir a demarcação das áreas indígenas e a criação de reservas extrativistas - lutas que unificam os trabalhadores brancos e índios da Amazônia.

O líder seringueiro denunciou que, após a morte de Chico Mendes, muitos fazendeiros e jagunços se deslocaram para Brasília (cidade próxima a Xapuri, no Acre, onde ele mora) a fim de tramarem a sua morte e a de outros companheiros. Por causa disso, os seringueiros resolveram montar um esquema próprio de segurança aos ameaçados.

Conselhos Populares

Em promoção conjunta das secretarias nacionais de Formação Política, Movimentos Populares e Assuntos Institucionais, o Partido dos Trabalhadores realizará um seminário sobre *Conselhos Populares* nos próximos dias 5, 6 e 7 de maio.

O objetivo desse seminário é o de analisar as diversas experiências de participação popular e avançar na discussão política e na compreensão técnica sobre o assunto, de modo a subsidiar a decisão a respeito pelas instâncias partidárias.

O seminário será realizado em São Paulo e poderão participar dele, além dos membros do Diretório Nacional, um

representante de cada diretório regional mais um representante de cada administração municipal petista. Também serão convidados companheiros petistas participantes de movimentos populares expressivos.

É importante que, na preparação do seminário nacional, sejam realizados seminários estaduais e até municipais, para alimentar a discussão e, se possível, produzir contribuições escritas. Esses documentos, para serem incorporados ao seminário nacional, devem ser entregues na Sede Nacional. (*Maiores informações na Sede Nacional, com as companheiras Angélica, Maria ou Sônia*).

Encontro Nacional de Educadores

Reunido nos dias 4, 5 e 6 de março passados, no Instituto Cajamar, o 1.º Encontro Nacional de Educação do PT contou com a participação de 69 delegados e 11 secretários municipais de Educação.

Os temas mais polêmicos do setor - municipalização do ensino, prioridade para o ensino fundamental no Plano de Ação de Governo do PT,

criação dos Conselhos Municipais de Educação e outros - foram aprofundados nas plenárias e suas conclusões foram remetidas ao Diretório Nacional do partido.

A nível de organização o encontro escolheu uma coordenação nacional do setor composta por 27 membros e uma executiva com um representante de cada estado participante.

Novos petistas

O PT do Rio de Janeiro foi reforçado por mais dois deputados estaduais: Milton Temer e Godofredo Pinto, ambos provenientes do PSB.

Eles ingressaram oficialmente no partido no último dia 20 de março, em ato de filiação na Assembleia Legislativa do Rio que reuniu cerca de duzentas pessoas. No mesmo ato filiaram-se também uma série de lideranças sindicais, comunitárias e feministas, além de intelectuais.

A direção nacional do partido se fez presente nas pessoas de Luis Gus-

hiken, presidente nacional, José Dirceu, secretário-geral e Plínio Arruda Sampaio, líder da bancada dos deputados federais.

Entre os novos petistas cariocas estão os professores Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, da UFRJ; Sérgio Rosa, presidente do Sindicato dos Processadores de Dados do Rio; Gilberto Palmares, diretor do Sindicato dos Telefônicos; a escritora Rose Marie Muraro; Dilza Terra, ex-vereadora do PDT; e Comba Marques Porto, liderança do movimento feminista.

Sociedade

DN define um campo de alianças

Pontos de programa, linha de campanha e a busca de um vice externo ao PT demarcam coligações na campanha de Lula

A direção do PT e os coordenadores da campanha presidencial do Lula têm mantido seguidos contatos com representantes do PC do B, PV, PSB e PCB, tendo em vista a possibilidade de realizar coligação com estes partidos, que, à exceção do PCB, até o momento com o candidato próprio, se dispõem a apoiar nosso candidato nas eleições de novembro próximo.

Preocupado em articular amplas forças políticas e sociais que possibilitem a vitória eleitoral do Lula e assegurem a aplicação de nosso programa de governo, o Diretório Nacional aprovou em sua reunião de 18 e 19 de fevereiro a seguinte resolução sobre programa de governo, coligação e vice-presidente:

1. Nas circunstâncias atuais do País, a candidatura presidencial do Lula, que se apresenta para a sociedade como alternativa de um novo governo - capaz de promover transformações profundas reclamadas pela maioria da população -, reúne todas as condições para a unificação política de um campo democrático e popular;

2. A candidatura Lula nasce ancorada no compromisso de resolver a crise brasileira do ponto de vista dos trabalhadores e dos setores populares. Este caminho, na visão do PT, é a instauração de um governo democrático-popular, antiimperialista, antimonopolista, antilatifundiário, que suspenda o pagamento da dívida externa, que realize a reforma agrária, que promova o desenvolvimento econômico sobre novas bases, que elimine a miséria e efetive a democratização radical da sociedade e do Estado, assegurando ampla participação popular e suprimindo a tutela militar. Um governo democrático popular que crie condições

para a transformação socialista da nossa sociedade;

3. Com tais características, a candidatura Lula pretende articular forças políticas e sociais que não só possibilitem a vitória eleitoral, como possam assegurar a aplicação de um programa de governo democrático e popular. Com base nas Resoluções do V Encontro Nacional, este arco de alianças comporta, hoje, o PCB, PC do B, PSB, o PV e mais setores e personalidades do PSDB, PMDB e PDT que rompem com o governo Sarney e assumam os compromissos programáticos da candidatura Lula.

4. A campanha presidencial do Lula deverá levar à população a proposta do governo democrático e popular e terá caráter de massas, estará vinculada à luta dos movimentos sociais na cidade e no campo e estimulará a politização da sociedade.

5. Assegurada a independência política do PT, sua proposta socialista, a continuidade de sua construção e de sua atuação classista, o DN entende que a sustentação da campanha eleitoral e do governo democrático-popular terá na realização de alianças e coligações um elemento fundamental de repercussões estratégicas;

6. Daí ser importante propor aos partidos e setores que tomam a candidatura Lula como referência política e eleitoral um debate organizado e formal sobre programa de governo, linha de campanha, definição de um vice do Lula e participação no governo visando ao estabelecimento de coligação;

7. O DN propõe que se constitua, de imediato, um fórum com a participação do PSB, PC do B, PV e PCB (embora este tenha lançado candidato próprio à presidência), aberto à integração de outras forças

dispostas a aceitarem os termos deste compromisso;

Comitês Populares

8. Para o PT, a coligação deverá implementar, assim que houver condições, a constituição do Comitê Nacional Pró-Lula e a montagem imediata de Comitês Estaduais com as forças coligadas que a isso se dispõem;

9. Para colocar a campanha nas ruas, dar-lhe caráter

vidual e igualitária, com poder deliberativo sobre a condução da campanha no âmbito municipal, local e setorial, garantindo um espaço real para influir sobre a campanha, tomando decisões e fazendo propostas aos fóruns da coligação ao nível estadual e nacional;

11. Estabelecer com as demais forças um processo de discussão do programa de governo em torno de definições mínimas capazes de irem consolidando a coligação. Paralelamente, o PT

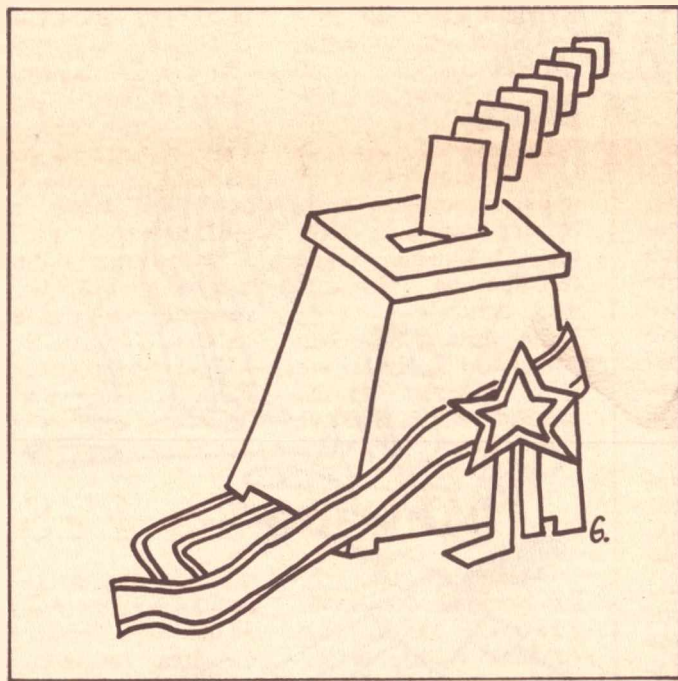
nome com história de lutas, identidade com o próprio campo político que se pretende consolidar, representatividade social e capacidade de unificação das forças coligadas. Este nome deverá ser procurado, preferencialmente, fora do PT, embora o PT disponha de vários (as) companheiros (as) em condições de cumprir este papel;

13. Paralelamente à discussão com as forças políticas e setores externos ao Partido, o PT estará realizando sua discussão interna, em seus núcleos, instâncias de direção, encontros regionais.

O DN assume a responsabilidade diante das forças com as quais queremos coligar de, a partir das discussões preliminares, chegar a acordos sobre pontos de programa, indicação de vice e outras questões importantes, respeitando a autonomia de cada um dos partidos e de suas instâncias soberanas. No caso do PT, estas decisões serão tomadas em uma reunião ampliada do DN (com data a ser marcada) e no Encontro marcado para junho de 1989. Nestas instâncias, o DN se compromete a defender os pontos comuns de acordo na coligação.

14. No fórum dos partidos da coligação, as definições a serem adotadas deverão expressar acordos políticos, o que pressupõe a possibilidade de formulações negociadas ou a votação de pontos sobre os quais se admite consensualmente os critérios de votação;

15. O DN conclama os petistas a acelerarem o processo de discussão dos rumos da campanha e a tomarem iniciativas concretas que levam a campanha às ruas, de acordo com as orientações aprovadas pelo DN sobre a campanha Lula. (*ver matérias nas págs. 10 e 11*)



ter popular, enfrentar as candidaturas do centro e da direita, e impulsionar a disputa pela hegemonia com outras candidaturas de oposição ao governo Sarney, é decisiva a organização de comitês populares, a nível municipal, local e setorial, abertos à participação de todos os apoiadores da candidatura Lula. O PT trabalhará para que sejam comitês unitários integrados por todas as forças políticas do campo democrático e popular;

10. Nestes comitês, está assegurado o direito democrático de participação indi-

continuará o seu processo de discussão interna dentro dos prazos já previstos;

A questão do vice

12. O PT defende a definição de critérios para a escolha de candidatos (as) à vice-presidência que respondam, basicamente, às necessidades de ampliação política e eleitoral, sem comprometimento do conteúdo do programa, da linha de campanha e do caráter de governo. Estes critérios implicam escolher um

Economia

Dívida externa

Os planos do imperialismo

Ao que tudo indica, os credores internacionais estão se movimentando para modificar sua estratégia junto aos países do Terceiro Mundo, que inclui até a redução das dívidas. Veja por quê.

Bernardo Kucinski *

Os japoneses podem anunciar a qualquer momento um novo pacote de empréstimos a juros baixos ou a fundo perdido a países endividados do Terceiro Mundo. Esse fundo *Miyazawa*, nome do ex-ministro que o formulou no ano passado, seria muito maior que US\$ 30 bilhões já repassados pelo fundo *Nakasone*.

O governo francês propõe o cancelamento de um terço da dívida do Terceiro Mundo através de sua recompra por organismos internacionais e da repactuação do restante a juros menores. O governo espanhol também está propondo no âmbito da Comunidade Européia o perdão parcial da dívida.

São os americanos que resistem a todas essas propostas de redução da dívida. No entanto, a resistência americana dá os primeiros sinais de enfraquecimento. Em primeiro lugar, a solução do problema do endividamento dos países periféricos faz parte da mesma lógica que levou aos acordos de desarmamento, ao fim da guerra Irã-Iraque, à solução dos conflitos de Angola, do Afeganistão, e talvez até os da Palestina e da América Central, hoje na mesa de negociações.

Novo ciclo

São sinais de um possível esgotamento do grande ciclo depressivo que atingiu o capitalismo a partir de 1968 e o do provável início de um ciclo de expansão, que passa necessariamente pela incorporação dos mercados do Leste Europeu, pela unificação da Europa e, porque não, pela reconstrução

das economias da periferia capitalista, destruídas na fase depressiva desse mesmo ciclo.

Os americanos resistem porque sua política em relação à América Latina é tradicionalmente predatória. Mais predatória ainda desde o início do grande declínio americano — razão principal da própria depres-

na não estará no centro desse eventual ciclo de expansão, e porque politicamente ainda é considerada área de decisão americana.

Mas a política predatória do Departamento de Estado tem sido pontilhada por ações emergenciais — em momentos críticos, não se deve descartar, portanto, a hipótese de uma virada espetacular na política ameri-

tas européias e japonesas de um “Plano Marshall” para a América Latina. São também cada vez mais fortes as pressões da opinião pública internacional contra a depredação ambiental da Amazônia e por um perdão de dívidas, vinculado ao compromisso de proteção da floresta.

Dívida e ecologia

Como se antecipar e responder a tudo isso?

Considerando a aceleração da desvalorização dos títulos da dívida, um perdão parcial acompanhado pela revalorização da dívida restante poderia resolver o problema dos bancos, sem resolver o problema dos endividados. Uma forma de tornar “pagável” a dívida hoje tida por todos como “impagável”. E esse perdão viria acompanhado pelas condicionalidades do imperialismo, já sinalizadas pelo fracasso do *Plano Baker*, como a desnacionalização, a privatização indiscriminada, enfim, o modelo neoliberal, em clara oposição às nossas propostas econômicas fundamentais que passam pela estatização dos serviços públicos essenciais. E ao repassar toda a dívida a um único organismo central, o Banco Mundial, o FMI ou uma nova agência criada com essa finalidade, ficaríamos ainda mais dependentes do imperialismo, pois ao invés de centenas de credores, teríamos apenas um supercartel com o qual negociar.

O PT precisa incorporar ao seu discurso de campanha a análise crítica às propostas que o imperialismo vem esboçando. Se podemos e devemos apoiar o cancelamento de dívidas em troca de compromissos eco-

lógicos, isso não significa que devemos abdicar nosso conceito de “ecológico”, que inclui a proteção ao homem e sua transformação de predador em ser integral e integrado à natureza. Assim como não implica a inversão de nossas prioridades. E se podemos aceitar um cancelamento parcial da dívida, não devemos aceitar condicionalidades que de fato anulam a essência de nossa plataforma, escravizando o programa de governo e diretrizes neoliberais.

Enquanto esboça, hesitante, essas propostas, o imperialismo financeiro, com apoio de nosso Banco Central, está promovendo a maior fuga de capitais de nossa história, sob a forma de remessas aceleradas de lucros, pagamentos de juros e até do principal da dívida, e que levaram à queima de 19 bilhões de dólares de saldo comercial obtido com o sangue do povo em 1988 — sem incluir o que se estima sejam 5 a 7 bilhões de dólares não contabilizados de subfaturamento das exportações.

Essa fuga já é uma antecipação a uma eventual vitória das esquerdas em novembro. Se, apesar de todos os truques, as esquerdas vencerem, herdarão um país ainda mais arruinado, com os cofres vazios, sem um único tostão de reservas internacionais líquidas. Para receberem, de mãos amarradas, novas e generosas propostas do imperialismo. Contra isso também precisamos agir, exigindo a interrupção já da fuga de capitais.

* Jornalista

** Este artigo foi escrito antes da divulgação do Plano Brady, dos EUA, que só vem a confirmar as tendências analisadas aqui.



são. São nossos juros que pagam parte da crise americana. Parte de nessa produção hoje compete com a americana nos mercados internacionais — a soja, a metalurgia, o suco de laranja, as aves. Nosso sucateamento econômico significa sobrevida para a economia americana. E os europeus e japoneses não insistem muito, porque a América Lati-

cana, se numa etapa crucial da campanha eleitoral as pesquisas apontarem para uma vitória inequívoca do PT. Não devemos minimizar o conteúdo revolucionário da ascensão petista. Seria a maior revolução do continente, depois da vitória de Fidel em Cuba. O imperialismo tentaria impedir essa vitória — mesmo que tenha que aderir às propos-

Choque Verão

Um saque contra o futuro

O governo não toca fundo no congelamento dos preços e, com altos juros no overnight, aumenta suas despesas financeiras. A recessão se aprofunda. O próximo governo é quem pagará esta conta.

Sérgio Sister *

Ninguém pode acusar o governo José Sarney de sacar recursos dos cofres públicos, Deus-sabe-lá-praque, apenas no passado dos gastos para aprovar o mandato de cinco anos. Ou no presente da Ferrovia Norte-Sul, bancos estaduais, Roberto Cardoso Alves etc. Previamente, está provendo grandes saques contra o futuro. As contas serão pagas, como sempre, pelo povo e, politicamente, pelo governo eleito em novembro próximo.

Basta você seguir os passos da estratégia das autoridades para baixar as taxas mensais de inflação:

1) Não toca fundo no congelamento dos preços. Dá um aumento forte aqui, outro ali, de forma que a taxa de inflação sempre fique baixa. Não importa se faltar mercadorias, se as empresas reduzirem as quantidades e avacalharem na qualidade. Para o futuro, a conta virá na forma de uma tremenda pressão para recuperar as margens de lucro. Nas contas das "perdas" das empresas, aliás, elas não levam em conta apenas seus custos. Incluem também aquilo que teriam deixado de ganhar no *overnight*.

Liquidando estoques

2) Os juros no *overnight* Letras Financeiras do Tesouro (LFT) continuarão altíssimos com o objetivo de tirar da cabeça das empresas a idéia de estocar matérias-primas e produtos finais. O governo quer que todo mundo liquide os estoques rapidamente para aplicar o dinheiro no *over*, ao invés de guardar as mercadorias para especular nos

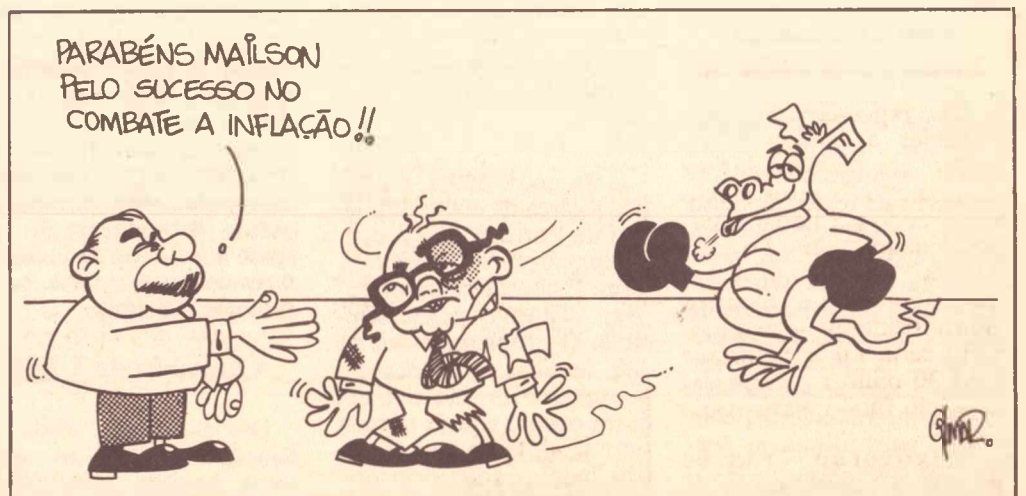
preços. O custo imediato disso: juros de 20% em março, por exemplo, representam despesas a mais de pelo menos 8 bilhões de dólares, considerando que há em circulação 40 bilhões de dólares em LFT. Como o governo pretende manter os juros reais altos até junho, calcula-se que até lá essas despesas acumulem alguma coisa como 14 bilhões de dólares.

3) Aliás, é às custas de um *over* muito alto com gastos financeiros extraordinários que o governo está conseguindo manter congelada a taxa de câmbio. Em lugar de desvalorizar o cruzado - o que implicaria em elevação dos preços dos combustíveis e mercadorias importadas em geral - o governo dá aos exportadores a oportunidade de ganhar muito dinheiro no *over*. Eles antecipam o fechamento do câmbio para aplicar os cruzados no *overnight*. Trata-se de um fantástico subsídio.

4) A remuneração das cadernetas de poupança também continua alta, para desestimular o consumo, especialmente da classe média. Aqui também está embutido um grandesa que contra o futuro à medida que o Tesouro, no futuro, terá que tapar o rombo agora ampliado no sistema financeiro habitacional - os recursos são pagos como no *over*, a 20% ao mês, mas as prestações da casa própria dos contratos antigos estão congeladas.

Salário baixo

5) Para os assalariados em geral, o governo tem uma idéia melhor: deixar que os salários se deteriorem num período de tempo maior, inibindo assim a demanda, para não pressionar os preços. As autoridades esta-



vam torcendo pelo fracasso da Greve Geral, para então emplacar a tri ou quadrimensalidade dos reajustes.

6) O governo joga com a expectativa de uma safra agrícola generosa, que aplacaria os preços dos alimentos e acalmaria as reivindicações trabalhistas.

7) A idéia final é que depois dessas bordoadas dos juros, de queda de demanda, a recessão viria finalmente consagrar os esforços antiinflacionários, reduzindo assim as chances de nova aceleração dos preços. Com a desaceleração do nível da atividade econômica as empresas não se encorajariam a elevar fortemente os preços.

O certo é que há indicações de desaceleração da produção industrial, das vendas da indústria, das exportações, desde setembro do ano passado. E neste início do ano, também do nível do emprego. Em nenhum momento, porém, os índices de inflação deram os mesmos sinais de enfraquecimento. A conta aí talvez venha na forma de um aumento na taxa de desemprego com novo aquecimento da inflação.

* Jornalista de Economia

TEORIA & DEBATE

REVISTA MENSAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - DO PACTO
M.P.T. - SÃO PAULO - JORNALISMO - CEB LEMAI

NACIONAL
1988 É SO O COMEÇO

TEORIA & DEBATE

N.º 6

ABR/MAI/JUN 1989

PROCURE NO
SEU DIRETÓRIO OU
PEÇA PARA NÓS:

Depto. de Circulação do PT
Av. 11 de Junho, 260
04041 - São Paulo - SP

Rural

PM reprime sem-terra no Sul

Numa ação extremamente violenta, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul despejou 400 famílias acampadas na fazenda Santa Elmira, no interior do estado.

Foram 30 minutos de conflito, iniciado no final da tarde de 11 de março passado, quando dois aviões emprestados de fazendeiros da região de Salto do Jacuí (RS) sobrevoaram o acampamento dos sem-terra, na fazenda Santa Elmira, para jogar bombas de gás lacrimogênio. Em seguida, cerca de mil policiais entraram disparando, inclusive com metralhadoras, com ordens para atingir as pernas dos colonos.

O saldo da violência policial: vinte pessoas gravemente feridas, 400 colonos com lesões provocadas por espancamentos e golpes de baioneta e três desaparecidos. A polícia prendeu 22 colonos, entre eles os líderes dos sem-terra Antoninho Matte, Geraldo Lorenzi, Nelson Oliveira e Adelar Pretto (filho do deputado estadual petista Adão Pret-

to) e os padres Paulo Ricardo Ceriolo e Antônio Gorgen.

A fazenda Santa Elmira fica a cerca de 300 quilômetros de Porto Alegre e ocupa uma área de 1,8 mil hectares. É considerada produtiva, inclusive pelos sem-terra. O problema é que as 400 famílias que estavam acampadas ali não tiveram outra opção: elas já tinham sido desalojadas de três outros lugares anteriormente. A começar da fazenda Buri-ti (83 quilômetros do município de Santo Angelo), um latifúndio improdutivo, onde pretendiam se assentar. Ali foram impedidos de ficar - seguiram para a Cooperativa Cerana (município de Tupatiretã), depois para Rincão do Ivaí (município de Ijacuí) e novo desalojamento.

Restou a fazenda Santa

Elmira, de onde pretendiam pressionar o governo estadual a ceder uma área improdutivo. Mas o juiz da região, Hércio Costa de Souza, rapidamente concedeu o pedido de reintegração de posse aos donos da fazenda e convocou a polícia para executar o despejo.

Comando da UDR

Dez dias antes, ainda no Rincão do Ivaí, os sem-terra haviam denunciado que a UDR havia lançado de avião agrotóxicos sobre o acampamento. Isso provocou a morte de oito crianças e a hospitalização de vários adultos.

Para "ajudar" a polícia no despejo da fazenda Santa Elmira, cerca de 200 integrantes da UDR deslocaram-se para a região. Muitos se uniram aos

brigadistas militares na ação. Depois do conflito, várias camionetes de fazendeiros foram vistas fazendo o recolhimento de feridos. Mais tarde, a UDR foi comemorar o êxito da operação no município de Cruz Alta, organizando uma caravana de automóveis e soltando foguetes.

Segundo o deputado Adão Pretto, os líderes dos sem-terra presos foram submetidos a torturas brutais: chegaram a ser colocados sobre formigueiros e queimados com pontas de cigarro; mulheres foram ameaçadas de estupro na frente de seus maridos e filhos.

Ele e os dirigentes do MST (Movimento dos Sem-Terra) haviam, dias antes do despejo, tentado evitar o desenlace violento da ocupação. Procuraram dialogar com o governador gaúcho Pedro Simon, que "simplesmente lavou as mãos", diz Adão Pretto. "O juiz que deu a reintegração de posse chegou a receber um telefonema do Ministério da Agricultura, que pediu um tempo para resolver o assunto. Ele respondeu que poderia fazer isso, desde que o governador Simon assumisse a responsabilidade. Mas o governador nem quis saber", informa o deputado petista.

Neste momento, o Movimento dos Sem-Terra de todo o país está se mobilizando a fim de pressionar pela libertação dos presos no Rio Grande do Sul.

A terra no RS

Segundo dados da assessoria do deputado Adão Pretto, o Rio Grande do Sul tem 25 milhões de hectares de terra. Só que metade desse total está nas mãos de 7 mil a 8 mil latifundiários,

boa parte não aproveitada e outra dedicada à agricultura de exportação.

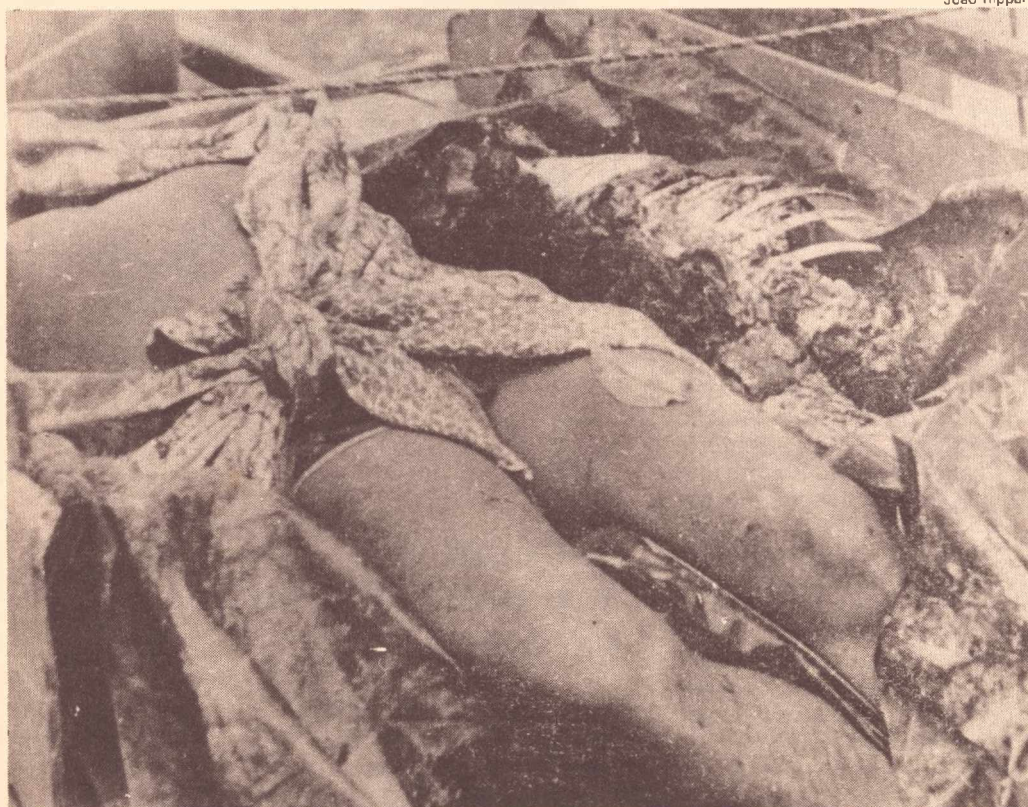
A população rural sem-terra tem crescido assustadoramente nos últimos anos, em função da crise econômica: o setor industrial já não consegue mais absorver toda mão de obra oriunda do campo e a agricultura, altamente mecanizada, volta-se crescentemente para a exportação.

Mas a base de sustentação política da UDR no Rio Grande não é composta apenas de latifundiários. Afinal, são cerca de 50 mil filiados à entidade no estado, muitos deles são pequenos e médios proprietários de terra. E estão muito bem organizados política e militarmente (são frequentes as denúncias de aquisição de inúmeros armamentos, inclusive pesados, por membros da entidade).

Segundo o secretário agrário nacional do PT, Hamilton Pereira, parte dos pequenos e médios proprietários de terra tendem a ser receptivos à mensagem ideológica da UDR - defesa da "livre iniciativa", contra a reforma agrária. "Principalmente por desinformação, ignorância mesmo, eles ficam atemorizados quando os dirigentes da UDR espalham que suas modestas propriedades seriam tomadas por um governo petista; eles não sabem que nós não queremos expropriar terras produtivas de fato, como em geral são as pequenas e médias. Pelo contrário, queremos incentivá-las, penalizando o latifúndio improdutivo", afirma.

Caiado

Analisando a candidatura de Ronaldo Caiado à Presidência da República,



Posséis mortos na Pará: cenas como essa se generalizam.

João Ripper

João Ripper



Despejo de sem-terras no Rio de Janeiro

Hamilton diz que "ela se nutre justamente desta ignorância".

Por outro lado, Hamilton acha que o discurso marcadamente anti-político com o qual Caiado construiu sua imagem pode agora dificultar o avanço de sua candidatura à Presidência. O dirigente petista lembra que quando Caiado assumiu sua condição de candidato, metade da direção

nacional da UDR pediu demissão. "É que antes ele fazia discurso contra os políticos e a política, agora aspira a ser um deles. O problema é que boa parte da UDR simplesmente tem uma visão brutalizada do poder, não tolera a luta política aberta, é contra a idéia de democracia e acha que Caiado não deve se envolver nisso", analisa.

"Caiado também parece

não ter idéia" - continua Hamilton - "de quanto a direita brasileira é complicada. Tem setores ruralistas que não admitem sua candidatura por considerá-lo personalista demais. Outros acham que Caiado estaria cometido por uma espécie de "doença infantil da direita" - o imediatismo aventureiro -, passando por cima do ritmo natural de suas bases".

Um tijolinho incomoda muita gente...

1.000.000 de tijolinhos

incomoda muito,

muito mais!

Militantes, filiados, simpatizantes

- tem tijolinho de montão.

Procurem nos diretórios

antes que acabem.

UDR sequestra e assassina

Devido à ação organizada e incisiva do Movimento dos Sem-Terra (MST) no norte do Espírito Santo, a reação da UDR tem sido marcada por atos de terror sistemáticos.

Os pistoleiros da UDR ficam constantemente rondando os acampamentos, dando tiros para intimidar e simplesmente matando quem se atreve a sair sozinho do acampamento. Invadem os assentamentos durante a madrugada, chutam as portas dos barracos e disparam tiros à vontade.

Os acampamentos não têm a mínima estrutura de defesa. Não possuem armas de fogo nem de qualquer outro tipo. São obrigados a se revezarem em vigília durante a noite para tentar evitar estes tipos de ataque. Vale lembrar que nestes locais há crianças, mulheres gestantes e velhos

Crimes

A seguir, os crimes mais recentes dos pistoleiros contratados por latifundiários:

* Amilton Santos Moura, casado, três filhos, 44 anos, residente no acampamento de Acesita, em Pedro Canário, foi assassinado com um tiro de revólver 38 no dia 13 de dezembro passado, quando saía do acampamento para visitar familiares no município de Barra de São Francisco. Seu corpo foi encontrado três dias depois, na estrada que liga o acampamento Acesita a Sai-onará, na BR101.

* Josias Coutinho, casado, 53 anos, residente no acampamento Pedro Canário, foi assassinado no dia 20 de janeiro passado na porta de sua casa, no acampamento, com um tiro de espingarda chumbeira, calibre 36. Foi chamado para atender à porta e, quando saiu, recebeu o tiro mortal.

* Germiniano Fernandes de Souza, 53 anos, casado, pai de cinco filhos menores de dez anos, re-

sidente no acampamento de Acesita. Foi encontrado morto com duas pa-ladas nas costas, na estrada que liga Nova Lima a Sai-onará. A polícia que fez a perícia deu laudo de atropelamento, mas os sinais eram evidentes a qualquer um.

* Rosângela Pereira, 24 anos, solteira, membro do MST, foi sequestrada no dia 4 de fevereiro passado à noite, na BR101, logo após ter saltado do ônibus, nas proximidades de São Mateus. Dois sujeitos num pampa vermelho a seguraram, taparam sua boca e olhos e a levaram para um mata-gal onde foi interrogada sobre a organização do MST. Como Rosângela se recusou a responder, os dois sujeitos a torturaram, dizendo que era para ela "deixar de se meter à besta com esse negócio de tirar terra dos outros". A companheira só foi acordar na madrugada do dia seguinte, muito ferida, e seguiu até São Mateus, onde foi medicada.

Todos esses crimes foram denunciados em fóruns e delegacias das cidades de Pedro Canário, Conceição da Barra e São Mateus. Só que os processos simplesmente foram engavetados e os criminosos permanecem impunes. Os delegados e juizes são todos ligados aos latifundiários da região norte do estado.

Espionagem

Há muita perseguição na região. Espionagem e infiltrações também, tanto que meses atrás pegaram a bolsa de uma liderança do MST, em local onde não havia risco de roubo. A bolsa foi encontrada dias depois, na Polícia Civil. Na bolsa havia documentos e vários papéis do MST.

Em Linhares, dois latifundiários, Pedro Ceolim e Luiz Durão, mapearam várias áreas de acampamentos para serem atacadas por pistoleiros. Mas a impunidade continua.

Administrações municipais

A intervenção do governo popular

O prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, agiu duro contra as empresas de ônibus e recebeu o apoio da população. O resultado foi amplamente positivo. Veja aqui os principais momentos dessa luta



Roberto Parizotti

Os empresários de ônibus arrocham usuários para lucrar mais

Pedro Osório*

Julgando-se os donos do transporte coletivo em Porto Alegre e acostumados a impor os reajustes da tarifa, os permissionários surpreenderam-se com o basta dado pela administração popular de Porto Alegre. No início de fevereiro, os empresários de transporte coletivo haviam solicitado reajuste na tarifa de NCz\$ 0,12 para NCz\$ 0,22 e voltaram à carga, exigindo o valor mínimo de NCz\$ 0,19 ou seria decretada a paralisação dos ônibus na cidade.

A Prefeitura tentou conversar com os permissionários, mas eles insistiram no locaute. A decisão municipal foi imediata: intervenção. Assim, no dia 14 de fevereiro sofreram intervenção as empresas Sudeste Transportes Coletivos Ltda, Sociedade de Ônibus Porto-Alegrense (Sopal) e Transportes Coletivos Trevo. Dois dias depois a medida atingiu a Viação Teresópolis Cavalhada (VTC), São João e Nortran.

A decisão do prefeito Olívio Dutra surpreendeu os permissionários porque era praxe - há 30 anos - ameaçarem com locaute e obterem a permissão para o aumento. Contudo, o ato, legal em termos jurídicos, não foi aceito pacificamente, já que na maioria das garagens houve tumulto e ameaças aos funcionários das equipes de intervenção. Ocorreram inúmeros boicotes: quebras de pára-brisas, furos em pneus, motores com defeito e até tiros em veículos. Na área administrativa, foram desviados documentos importantes e escondidos disquetes de computadores que controlam o funcionamento das empresas.

Apoio popular

Pela cidade, espalharam-se os boatos e contra-informações sobre o ato da administração popular, com os representantes da Associação dos Transportadores de Passageiros (ATP), alardeando a falta de condições da Prefeitura

para levar adiante a intervenção. Paralelamente, a população estava ao lado da Prefeitura, aguardando os novos procedimentos e a normalização do transporte.

No andamento da intervenção, os permissionários começaram a negociar, reivindicando a revogação da medida. No entanto, mantinham-se irredutíveis quanto ao valor de NCz\$ 0,19 para dar continuidade aos serviços. Nas negociações desenvolvidas entre o advogado da ATP e o secretário dos Transportes, Antonio Hohlfeldt, foi fechado um acordo entre as partes. Acertado na madrugada do dia 25 de fevereiro, o acordo tinha como principais pontos a decisão do governo municipal de aumentar a tarifa para NCz\$ 0,17 a partir do dia 19 de março, vinculada ao aumento de 21% dos rodoviários e retorno dos permissionários às empresas a partir do dia 27 do mesmo mês. Eles passariam a trabalhar em caráter de colaboração com os interventores, que conti-

nuariam com a autonomia dos serviços.

No dia 27 de fevereiro, os empresários armaram um cenário para alegar que a Prefeitura havia rompido o acordo e negarem-se a assinar o termo de reassunção de posse. Durante o final de semana, dias 25 e 26, a Secretaria Municipal de Transportes (SMT) organizou um documento onde explicava o acordo. Na avaliação da ATP, o ato foi uma "bola nas costas" fazendo com que decidissem ficar de fora das empresas.

A Prefeitura ainda voltou a conversar com os empresários, que, entre outras coisas, não admitiram a ausência de seus prepostos, suspensos ou demitidos das empresas por liderarem boicotes ou obstaculizarem os serviços dos empregados. O secretário de Transportes foi taxativo ao afirmar que não haveria regressão nesse processo, uma vez que até ameaças de morte aos interventores aconteceram.

Na continuidade das conversas, finalizadas no dia 6 de março a Prefeitura decidiu notificar os permissionários que a intervenção voltava a ser plena com o prazo inicial, previsto para o dia 31 de maio. Reunidos, os demais permissionários, que não entraram no processo de intervenção (oito empresas no total), decidiram voltar ao trabalho normalmente.

Irregularidades

Integrados aos problemas das empresas, os interventores começaram a constatar irregularidades no transporte coletivo. No lado social, os funcionários eram tratados em condições aviltantes, em muitos casos sem poderem aquecer suas marmitas, muitos trabalhando 12 horas para receberem

por oito horas, ou sendo submetidos a escalas de serviço que os prendia à garagem praticamente 18 horas. Na área administrativa, foi constatado que algumas empresas prestavam a terceiros, mantendo outras empresas e atividades de outros ramos apoiadas na estrutura montada para o transporte coletivo. Mas estas despesas entravam na computação final que definia o valor da tarifa, sem a discriminação legal necessária.

Com a presença dos interventores, todos os serviços foram dissociados e nas planilhas estão computados somente os custos previstos em lei para o caso.

Passados 31 dias da intervenção, o saldo está sendo considerado positivo, embora os ataques da ATP continuem sendo fortes sobre a administração popular. Os interventores - o levantamento final ainda não está pronto - afirmam que a redução no custo do combustível tem sido significativa em relação aos números apresentados pelos permissionários, na ordem de dois mil litros por dia a menos, nas primeiras observações. A tarifa, que os empresários alegavam ser deficitária, está possibilitando o pagamento de muitas dívidas que foram contraídas antes da intervenção.

Para os próximos meses, a ordem na SMT é dar continuidade à intervenção "com tranquilidade". "A pressa acabou", diz o secretário de Transportes. "Agora é levantar todos os elementos que compõem de fato a formulação da tarifa justa, para definir, ao final da intervenção, se o valor atual é justo, injusto ou se precisa ser reformulado", afirma.

*Assessor de Imprensa

A trilha da estatização

As iniciativas do PT para enfrentar um dos desafios mais complexos da gestão da prefeitura

Juarez Guimarães*

O "mal do transporte" ganhou corpo ao longo das últimas décadas e incorporou-se de tal modo à vida dos onze e meio milhões de paulistanos que já é visto como fatalidade, como "doença da civilização" como um pedaço de inferno no dia-a-dia de cada um.

O nó tem várias pontas, difíceis de desatar. O primeiro deles é o crescimento vertiginoso e anárquico da cidade, com grandes massas sendo empurradas pela especulação imobiliária para as periferias.

O outro nó é a "cultura do automóvel": São Paulo tem 2,5 milhões de automóveis! Enquanto em Londres, 79% das viagens nos horários de "rush" são efetuadas por transporte coletivo, em São Paulo apenas 60% das pessoas se moviam pelos meios coletivos de transporte.

Um terceiro nó: a expe-

riência internacional tem demonstrado que o transporte coletivo em metrópoles do porte de São Paulo deve basear-se fundamentalmente em alternativas de grande capacidade - metrô e ferrovias - auxiliadas por sistemas de ônibus. Em Londres (12%), Tóquio (4,7%), Nova Iorque (38,1%) ou Paris (34%), a participação dos ônibus no transporte coletivo é bastante minoritária. Em São Paulo, cerca de 75% das pessoas que usam diariamente o transporte coletivo trafegam por ônibus. Os ônibus levam 7,5 milhões de pessoas por dia; o metrô carrega cerca de dois milhões de usuários.

O nó seguinte vem de intromissão do privado no serviço que deveria ser público. As companhias privadas tocam 70% dos transportados em ônibus. E trazem para o coração da cidade o triplo sintoma do "mal do transporte":

A tarifa cara: no ano de 1985, para os usuários de

quatro viagens diárias, o gasto em transporte abocanhava 25% do salário mínimo. O *ônibus cheio*: um estudo realizado em 1983 pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) mostrava que, nos horários de pico, os ônibus das empresas particulares carregavam entre oito e doze pessoas por metro quadrado! O *tempo estimado*: o trajeto residência-trabalho-residência consome em média de duas a três horas para as pessoas que se utilizam somente de ônibus.

Diante de um quadro tão problemático, o poder de fogo imediato do governo municipal tem limites: a CMTC exerce diretamente 30% do transporte de ônibus (em geral, as linhas mais deficitárias). O sistema de metrô e trens é de responsabilidade dos governos estadual e federal.

A herança janista

A política de Jânio para os transportes seguia a lógica da privatização e o estímulo à lucratividade dos empresários do setor.

As tarifas cresceram ao longo dos quatro anos acima da inflação. Em setembro de 1988, às vésperas das eleições e há poucos meses de deixar o cargo, Jânio fez um "giro tático": segurou para baixo a tarifa, negociando em troca com os empresários o corte da taxa de gerenciamento do sistema que os empresários pagam à CMTC (de 10 a 15%, que estava embutida na tarifa). Em dezembro, voltou a reajustar a tarifa bem abaixo da inflação do período: deixou a bomba ligada esperando a chegada do PT...

O trânsito para a maior privatização estava se fazendo com a transferência de linhas não rentáveis das particulares para a CMTC e vice-versa. Hoje a CMTC tem 35% da frota mas transporta apenas 28% dos passageiros. Jânio retirou funções da CET, passando-as às empresas privadas. Afrouxou a fiscalização sobre as concessionárias privadas.

A CMTC chegou em ja-

neiro com uma dívida inicial quatro vezes maior do que a receita prevista para janeiro. Dos seus 3.549 ônibus, 768 estavam encostados por falta de peças sobressalentes, pneus e manutenção (sete vezes maior do que o limite técnico de tolerância). Um sistema de penalidades, pressões e humilhações pesava sobre os vinte mil trabalhadores da CMTC. Em diversas garagens, até o horário de banho foi suprimido do expediente para compensar a redução da jornada assegurada pela Nova Constituição.

A política do PT

As duas grandes frentes de intervenção do governo do PT vão na direção de uma radical mudança do sistema viário da cidade e uma profunda melhoria do transporte coletivo via estatização do setor.

No primeiro campo, trata-se de mudanças que além de alterar a geografia da cidade, implicam criação de novos valores culturais. Trata-se de questionar a apropriação abusiva do espaço urbano pelo automóvel por vários caminhos: definindo áreas proibitivas de circulação de trânsito em micro-regiões (reutilizando espaços para lazer, ecologia etc), racionalizando o sistema viário pela concentração em grandes corredores.

Para se ter uma idéia, São Paulo ocupa hoje 1.500 km². Destes, 450 km² são ocupados por vias públicas. A área excessiva de asfalto acaba exigindo enormes investimentos para garantir o escoamento da água das chuvas, provoca uma permanente erosão do solo, exige um trabalho de pronto-socorro incessante das ruas.

A CMTC está realizando experiências pilotos nesta direção, travando discussões com comunidades em áreas críticas.

A Secretaria de Transportes já está tomando iniciativas para preparar a estatização do transporte coletivo e implantar a tarifa

social, isto é, subsidiada pelo Estado.

É um processo que exige intensa luta política e toda uma preparação técnica.

O primeiro passo que está sendo dado é o que se poderia chamar de "estatização do serviço": a prefeitura passaria a centralizar a arrecadação e alteraria os critérios de remuneração dos serviços prestados pelas companhias privadas. Hoje, os empresários arrecadam para si diariamente o dinheiro com a venda das passagens e a última planilha de custos confiável data do governo de Mario Covas (1982-85).

Para centralizar a arrecadação, o que está sendo feito inicialmente é expandir as lojas de vendas de passes e vale transporte. Apenas em março, o potencial de venda da CMTC aumentou de 36 para 108 milhões de passes.

Centralizada a arrecadação, estariam dadas melhores condições para pressionar a lucratividade dos empresários e melhorar a qualidade dos serviços. Os empresários seriam remunerados pelos quilômetros rodados (e não como atualmente, pelo número de passageiros transportados) e por critérios de qualidade do serviço.

Estatizado o serviço e aumentado o controle sobre a frota dos veículos, estariam dadas as condições para uma gradativa estatização das empresas. A estatização das 31 empresas particulares que operam na cidade exigiria um montante de cerca de um bilhão de dólares (o orçamento anual da prefeitura é de 3,3 bilhões de dólares).

O subsídio à tarifa poderia ser feito inclusive com o uso do dinheiro arrecadado pelo Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do qual a prefeitura retém 50%.

Uma medida polêmica

Com apenas treze dias à frente da administração, o governo do PT tomou a decisão de reajustar a tarifa de ônibus em São Paulo. Decisão tomada sob pressão da iminência do congelamento (as tarifas tinham sido seguras por Jânio nos últimos quatro meses de aceleração inflacionária), não foi objeto de uma discussão ampla com a população e gerou dúvidas no partido sobre o acerto da medida.

O conhecimento circunstanciado do episódio ajuda muito a construir uma avaliação. O reajuste da tarifa em janeiro para 0,17 cruzados foi muito aquém dos 0,21 exigidos pelos empresários. A tarifa decidida corresponde à correção, pela OTN fiscal,

da tarifa que deveria ter sido aplicada por Jânio em setembro de 1988, de acordo com a posição à época defendida pelo partido.

A defasagem da tarifa, a dívida de 20,3 milhões de cruzados novos e o estado de pré-colapso em que Jânio deixou a CMTC levaram a que o governo do PT, após consultas ao Diretório Municipal, decidiu pela majoração da tarifa para 0,17 mesmo sem discussões amplas. O risco, na opinião da prefeitura, seria o de ter de enfrentar de início uma grande paralisação do transporte coletivo em São Paulo, sem ter tido condições de se preparar para uma situação de tal emergência. (JG)

Campanha presidencial

Lançados os comitês da campanha

No dia 31 de março foram lançados em vários estados os comitês da campanha presidencial do PT. Também está programada a Mostra de Slogans e Jingles para a candidatura Lula.

No dia 31 de março a campanha presidencial do PT deu mais um impulso em sua caminhada rumo ao Palácio do Planalto. Nesse dia, os comitês estaduais e municipais das capitais e cidades mais importantes do país realizaram uma inauguração nacional de suas sedes.

Estes comitês são organizados pelas instâncias respectivas do partido e deverão ser o centro da articulação e mobilização dos militantes locais para fincar nossa campanha presidencial.

Para o dia seguinte está programada a Mostra de Jingles, Slogans e Materiais Promocionais da campanha, organizada na Praça da Paz, em São Paulo, com o objetivo de selecionar as principais peças de nosso marketing eleitoral.



Roberto Parizotti

Campanha do PT aumenta sua organização

Finanças

A coordenação nacional da campanha Lula também está orientando os militantes para que se engajem nas atividades nacionais de levantamento de recursos financeiros, assim programadas:

* Semana do Jornal Velho — 9 a 15 de abril;

* Semana da Garrafa Vazia — 18 a 24 de junho;

* Semana do Refrigerante e da Cerveja — 23 a 29 de julho.

A coordenação considera importante que sejam iniciadas a propaganda e agitação da campanha nos bairros e concentrações populares, empregando-se os recursos de vídeo, áudio e material impresso (veja lista

de materiais na página seguinte).

Contatos

A coordenação política da campanha presidencial também está fazendo um intenso trabalho de contatos junto a outras forças políticas de esquerda do país.

No início de março, o presidente nacional do PT, Luis Gushiken, esteve em vários estados do Nordeste para conversar com dirigentes do PSB, PCB, PC do B e da ala esquerda do PMDB. Merece destaque a passagem por Recife, onde, em reunião com o secretário do prefeito Jarbas Vasconcelos (PMDB), percebeu "grande disposição de seus membros para apoiar a candidatura Lula".

Gushiken também

encontrou-se com setores progressistas da Igreja Evangélica na capital pernambucana. Na conversa, eles se dispuseram a articular um movimento evangélico nacional pró-Lula.

Ao mesmo tempo, o secretário-geral do partido, José Dirceu, esteve em Aracaju e Salvador. Na capital baiana, Dirceu conversou com representantes do PC do B, que lhe comunicaram que no dia 21 de março o presidente nacional daquele partido, João Amazonas, realizaria um ato fechado para manifestar seu apoio à candidatura Lula. O PC do B na Bahia tem dois deputados federais, dois estaduais e dois vereadores na capital, e vários vereadores espalhados no estado.

O PV local declarou que seguirá Fernando Gabeira no apoio a Lula.

Sucesso na viagem

Acompanhado da esposa Marisa Leticia e dos assessores Francisco Weffort, Marco Aurélio Garcia, Aluizio Mercadante, Osvaldo Bargas e Ricardo Kotscho, Lula esteve na Europa Ocidental entre os dias 25 de fevereiro e 19 de março passados. Nos seis países em que esteve (Itália, França, Alemanha, Suécia, Espanha e Portugal), Lula expôs a dirigentes partidários, sindicais e de governo as propostas do PT para a dívida externa, a preservação da Amazônia e para democratização do Brasil.

Na condição de um dos favoritos na disputa presidencial, Lula entrevistou-se com per-

sonalidades como o primeiro-ministro da França, Michel Rocard; com os ministros italianos Bettino Craxi e Giulio Andreotti; com os dirigentes do Partido Social-Democrata da Suécia, Bo Teresson e Gunnar Stenarv; com o presidente da Internacional Socialista e ex-primeiro-ministro da Alemanha Ocidental, Willy Brandt; e com o primeiro-ministro da Espanha, Felipe Gonzales. Também houve um encontro com o Papa João Paulo II.

A última etapa de viagens de Lula para o exterior será em maio, quando visitará a China, União Soviética e os Estados Unidos.

LULA PRESIDENTE

A corrida começou.

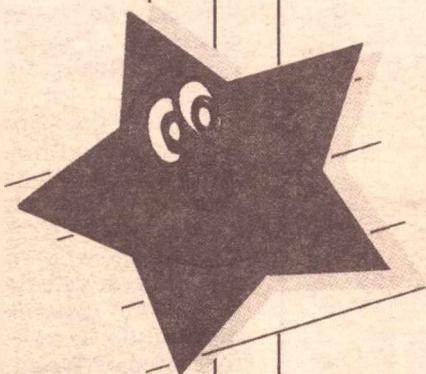
Contribua para a vitória!

Quem tem fé no PT pode participar fazendo sua contribuição financeira, na conta "Lula 89 - PT", aberta no Banco do Brasil, conforme as instruções:

- 1) Deposite ou mande uma Ordem de Pagamento para a conta 13.000 - 1, agência 0300.X, Praça da Árvore, São Paulo-SP;
- 2) deposite quanto puder, não há valor mínimo;
- 3) Guarde o comprovante em seu poder.

**COMITÊ DA CAMPANHA
PRESIDENCIAL**

LULA 89



Formação Política

Um desafio ao partido

A Secretaria Nacional de Formação Política define suas prioridades para este ano e conclama os militantes a engajar-se em suas atividades

Gilberto Carvalho *

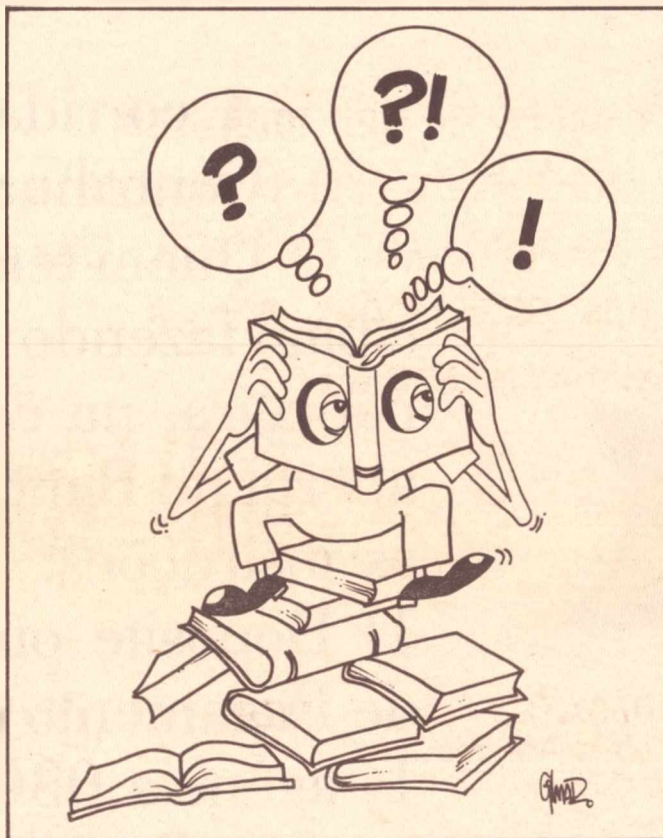
A 3.ª Plenária Nacional de Formação Política aconteceu em São Paulo nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro passados. Estiveram presentes companheiros de 11 secretarias estaduais. Participaram também, como convidados, companheiros das secretarias de Relações Internacionais, de Movimentos Populares e um membro da Secretaria de Formação Política do Movimento dos Sem-Terra.

A preocupação central da plenária foi analisar os desafios que a nova conjuntura coloca para o processo de formação política petista e definir as prioridades para este ano.

Propostas

Num clima de debate franco e grande disposição de trabalho, a plenária conseguiu construir as seguintes propostas:

1) Do ponto de vista político, fica reafirmado que es-



permitam o debate das teses do 5.º Encontro Nacional nos núcleos de base (inclusive já como preparação ao Debate das teses do 6.º Encontro). A plenária decidiu ainda pelo que se chamou um *kit de filiação*, ou seja, a montagem de um conjunto de materiais básicos do partido a ser entregue ao companheiro no ato de sua filiação: documentos, cartilhas, carta do presidente nacional do Partido, indicações de nucleação, finanças etc

5) Outra preocupação da plenária foi a utilização dos recursos audiovisuais. Deve-se realizar em 89 a campanha *Um Vídeo para Cada Diretório Municipal* e a montagem de uma videoteca, com capacidade de distribuição de vídeos para todo o país. A plenária decidiu estabelecer um contato com a TVT (TV dos Trabalhadores, do Sindicato de São Bernardo) para a produção de vídeos de formação. O mesmo vale para a produção de material audiovisual e fitas para programas de rádio.

Momentos fortes

6) Outra proposta surgida na plenária aponta para a necessidade de realizar-se neste ano três campanhas ou *momentos fortes* de formação política: uma campanha intitulada *O que é o PT* ou *Conheça o PT*, voltada para a massificação do conhecimento do partido, seu projeto, sua estrutura e funcionamento. A segunda campanha seria em torno das *Teses do 5.º Encontro*, para estimular o debate massivo em torno delas (preparando a discussão das teses do 6.º Encontro). A terceira campanha seria em torno da própria *Candidatura Lula*, visando uma discussão aprofundada sobre o significado conjuntural e histórico desta candidatura.

* Secretário Nacional de Formação Política

O novo jornal do PT

A prioridade que o Diretório Nacional atribuiu às atividades de comunicação e de formação política, como condição para o fortalecimento do PT, para seu crescimento orgânico e para a elevação da qualidade de sua intervenção política na conjuntura, apressou a decisão de lançar um jornal nacional, mesmo num ano como este, em que a campanha do Lula mobilizará a maior parte dos recursos humanos e materiais.

O jornal, cuja linha editorial estará voltada para unificar a ação do partido, terá como público-alvo principal os militantes petistas e os ativistas do movimento popular e sindical. Com periodicidade inicialmente quinzenal, mas com a meta de virar semanal em prazo ainda não definido, o novo jornal terá tiragem variável, começando com 40 mil e pretendendo chegar ainda este ano a 70 mil.

O lançamento do primeiro número, não propriamente um "zero", mas uma edição "Geni", para que todos critiquem à vontade, está previsto para o início de maio, dependendo para isso de

instalação da nova redação. Os assinantes do *Boletim Nacional* (que deverá se converter numa publicação mais interna) terão direito a receber o novo jornal até o vencimento de suas assinaturas.

Desafio político

Durante o seminário realizado nos dias 11 e 12 de março último, com a presença de companheiros de São Paulo, Rio, Minas, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para discutir o projeto do jornal, houve consenso de que é preciso ganhar o partido para a necessidade de afirmar nossas publicações, entre elas a revista *Teoria & Debate*, bem como é preciso criar novas formas e novos meios de comunicação com a sociedade.

Nesse sentido, foram apresentadas sugestões para a viabilização comercial do jornal. Por exemplo, a assinatura solidária de todos os militantes e a utilização da estrutura dos Diretórios Regionais na distribuição do jornal nos Estados, a fim de que ele possa chegar mais rapidamente aos assinantes.

ta Secretaria deve ser um espaço de debate amplo, onde as diversas posições internas do PT devem apresentar sua contribuição para a construção de um processo global e unitário de formação política de nossa militância. Dar conta das tarefas cotidianas, de todo o trabalho da formação de base e ao mesmo tempo constituir-se num espaço para o debate dos chamados temas de vanguarda, é o desafio que se coloca para esta Secretaria.

2) Reforçar as instâncias partidárias que realizam hoje o processo de formação política. É necessário que o Diretório Nacional e os DR's tomem consciência da necessidade de prover, com recursos humanos e financeiros, suas secretarias e instâncias de formação política, se o partido quiser ver assegurado o debate real de suas propostas e a construção verdadeiramente participada e democrática de seu projeto socialista.

3) Dar sequência à criação de um *Sistema Nacional*

de Formação Política do PT que, definindo as vigas mestras, objetivos e métodos da formação, seja capaz de, num processo de integração, utilizar todas as instâncias do movimento social que — respeitada sua autonomia — se disponham a contribuir com a formação de nossos militantes. Esta integração, que já ocorre sob a forma de convênios, deve ser discutida com maturidade e acompanhada pela Secretaria Nacional de Formação Política. Partindo da experiência positiva dos convênios com o Instituto Cajamar, a plenária decidiu que a Secretaria deve procurar outros centros, fundações e escolas, e discutir a possibilidade de novos convênios.

Massificação

4) Massificar o material auxiliar de formação política. É tarefa urgente a reedição atualizada da cartilha *O que é o PT*, a edição de uma cartilha já em elaboração sobre o Socialismo, e a montagem de fichas que

“Reembolso PT”

Veja como é fácil, rápido e econômico:

- 1. Escolha as publicações do seu interesse;**
- 2. Calcule o valor total (o Correio é por nossa conta);**
- 3. Mande cheque nominal ao PARTIDO DOS TRABALHADORES, no valor total das publicações, para o Departamento de Circulação do PT -**

**Av. 11 de junho, 260 - CEP
04041 - São Paulo - SP.**

() SOCIALISMO EM DEBATE Eduardo Suplicy, Fulvio Abramo, Jacob Gorender, José Dirceu, Leonardo Boff, Luiz Carlos Prestes, Lula, Wladimir Pomar e outros.....	NCz\$ 8,00	() Ensaio e Testemunhas.....	8,00
() Relação PARTIDO/SINDICATO caderno de debates.....	1,50	() CAINDO POR TERRA José Gomes da Silva Crises da reforma Agrária na Nova República.....	7,00
() PLANO ECONÔMICO ALTERNATIVO DE EMERGÊNCIA.....	0,30	() AS AVENTURAS DE KAPL CONTRA O BARÃO DE MUNCHAUSES Michael Lowy Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento.....	7,00
() TENDÊNCIAS ORGANIZADAS dentro do PT.....	0,30	() O AMIGO DA ONÇA 95 páginas com as melhores piadas do Amigo da Onça Depoimentos de Augusto Rodrigues, Fortuna e Ziraldo préfacio de Millôr Fernandes.....	7,00
() RESOLUÇÕES POLÍTICAS do V Encontro Nacional.....	0,10	() MASSACRE NA LAPA Pedro Estevão da Rocha Pomar.....	7,00
() TERRA E PODER elementos de um programa agrário do trabalhador.....	0,30	() EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO PARTIDÁRIO Apresenta as propostas do PT na área de Educação.....	7,00
() PODER LOCAL Informe sobre os debates realizados no Instituto Cajamar em Junho/88.....	0,30	() SANGUE DA TERRA Murilo Carvalho.....	3,00
OUTRAS PUBLICAÇÕES		() PEDRO POMAR Vários autores.....	3,00
() EDUCAR PARA QUE? Contra o autoritarismo da relação pedagógica do ensino Reinaldo Matias Fleuri - Préfacio de Paulo Freyre.....	4,00	() VIDA URBANA E GESTÃO DA PROBREZA Aldaíza Sposati.....	10,00
() SAPATARIA NICARÁGUA Cristina Tramonte.....	2,00	() ROSA, A VERMELHA Vários autores.....	9,00
() CHE, 20 ANOS DEPOIS			

Internacional

Venezuela

A “nova” democracia

O massacre de Caracas mostra que a dívida externa não só mata de fome, mas também mata a bala quem não quer morrer de fome

Hugo Scotte *

O país de regime democrático mais estável da América Latina ocultava em seu seio uma bomba relógio. Essa estabilidade, baseada principalmente na exportação do petróleo (95% do total das exportações), escondia a outra cara da moeda: a extrema dependência da economia venezuelana, apoiada nos preços internacionais de um só produto e na necessidade de importar quase tudo o que consome, desde automóveis até vestuário e alimentos.

A partir de 1980 o crescimento econômico mais ou menos constante começou a estagnar, para logo mostrar índices negativos. A queda do preço de petróleo no mercado internacional foi um dos principais fatores da crise que se aproximava. O outro fator foi a desigualdade da distribuição de renda.

Em Caracas, por exemplo, de uma população de 4 milhões de habitantes, quase a metade mora nos “ranchos” (favelas), desempregados ou subempregados. Essa população pobre foi o pavio da bomba. Quem o acendeu foi o governo recém-eleito de Carlos Andrés Pérez, seguindo as diretivas de “austeridade” do FMI.

Em 2 de fevereiro passado, Andrés Pérez, apoiado por 53% dos votos, tomava posse. Era seu segundo mandato à frente do Estado; o primeiro foi no tempo de prosperidade dos anos 74 a 79. Vinte e cinco dias depois (27 de fevereiro), decretava um aumento de 90% no preço da gasolina e 30% no custo dos transportes. Aumentos semelhantes nas tarifas públicas e artigos de primeira necessidade,

acompanhados de congelamento salarial, provocaram a maior explosão social do século na Venezuela.

A explosão

A rebelião popular, partindo de Caracas, se estendeu por 17 cidades durante 5 dias. Ônibus depredados, lojas e supermercados saqueados, combates de rua. A Polícia, a Guarda Nacional e o Exército reprimem duramente.

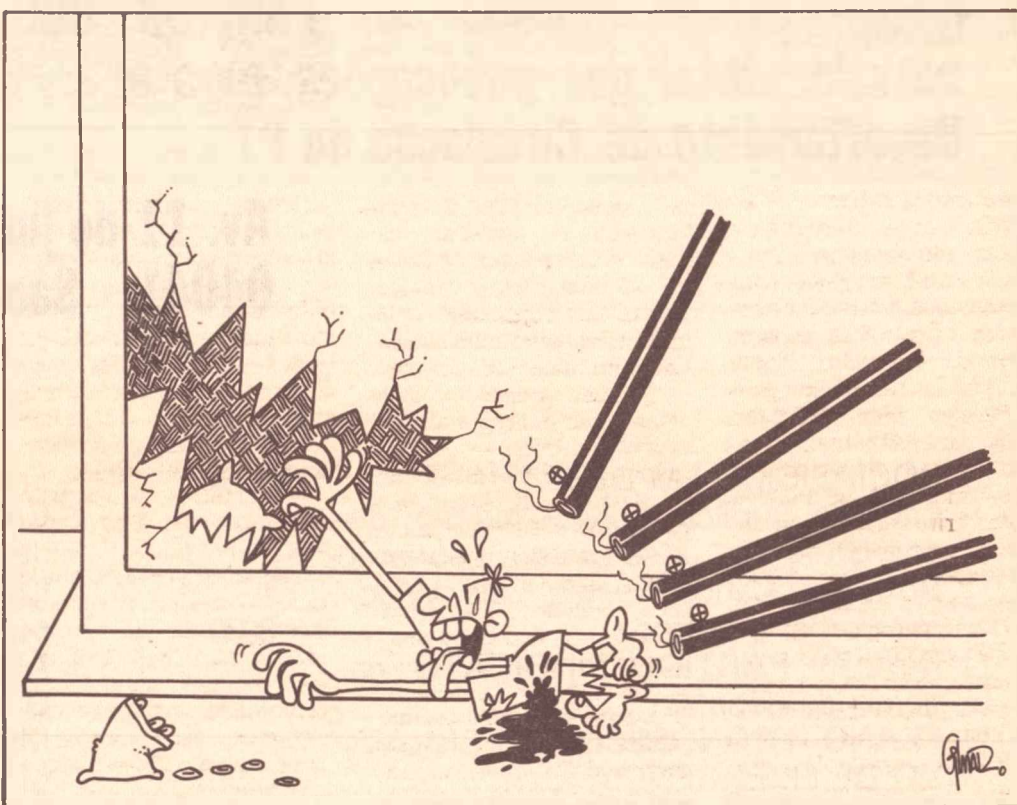
O saldo: 256 mortos, segundo o governo, 600 segundo a imprensa. Mais de dois mil feridos, pelo menos 30 desaparecidos. Os organismos de direitos humanos denunciam o fuzilamento de numerosas pessoas pela Polícia e o Exército em Caracas.

O governo acusa os culpados de sempre, os “agitadores” e os “estrangeiros”. Vejamos quem são esses “estrangeiros”: os trabalhadores imigrantes de países vizinhos que entraram na Venezuela com a esperança de uma vida melhor e que acabaram partilhando da sorte dos venezuelanos moradores dos “ranchos”.

A “negociação”

Tudo isso acontecia enquanto se negociava com os Estados Unidos um “empréstimo ponte” de 450 milhões de dólares. O pacote econômico, responsável pelo massacre da Venezuela, era uma das condições para outorgar o empréstimo?

Frente ao resultado macabro, contado em vidas humanas, o governo aparentemente recuou, propôs ao FMI adiar até setembro o pagamento dos vencimentos da dívida e decretou um



aumento geral de salários de 30%, prometeu controlar os preços de produtos essenciais e continuar subsidiando a importação de alimentos.

Em 9 de março eram restabelecidas as garantias constitucionais... para no dia seguinte reimplantar o estado de exceção! Segundo os porta-vozes do governo, ainda “não estava garantida a tranquilidade” em Caracas; temia-se que os “agitadores” aproveitassem a volta às aulas na universidade para “reiniciar os distúrbios”.

A realidade parece ser bem outra: esperava-se uma rebelião popular, mas por outros motivos... Ao mesmo tempo que o FMI negava ter ditado as medidas econômicas adotadas pelo governo, os Estados Unidos elogiavam a “coragem” do

presidente venezuelano e os credores aprovavam o plano.

Nesse mesmo dia, 10 de março, enquanto na Venezuela voltava a vigorar a suspensão das garantias constitucionais, os 450 milhões de dólares de “empréstimo ponte” eram liberados pelos Estados Unidos.

Fim de subsídios

Três dias depois, viu-se por que voltou o “estado de exceção”. No dia 13 de março, o governo desvalorizou em 170% a moeda nacional (o bolívar). A partir de agora, ela vai ser regida por um mecanismo de “câmbio flutuante”, o que significa que as importações serão pagas segundo o preço do dólar no mercado livre — ou seja, o fim dos

subsídios aos produtos de primeira necessidade que a Venezuela importa.

Para a população, isso não significa outra coisa que o aumento generalizado dos preços, “regulados pelo mercado”, onde o governo aparentemente não terá nenhuma responsabilidade.

O empréstimo de 450 milhões de dólares custou 600 cadáveres. Quantos mortos encerram os 32 bilhões de dólares da dívida externa venezuelana?

Durante 30 anos, a Venezuela foi apresentada como exemplo de sociedade democrática. Hoje parece mostrar-nos o futuro imediato das democracias latino-americanas, submetidas à ditadura de uma dívida externa impagável.

* Membro da Sec. de Relações Internacionais do PT

Peru

Um país à beira do caos

O presidente peruano Alán Garcia não correspondeu à confiança depositada por seu povo. Sua política econômica agudizou a crise estrutural do país, cujo colapso as oligarquias locais observam indiferentes

Carlos Dias *

O Peru está se esfacelando. Lima, a capital do país, chega às vezes a lembrar o Líbano. A diferença, porém, é que os escombros peruanos não são resultado de bombardeios — mas sim de um caos político, econômico e social instaurado há anos e agravado nos últimos três anos durante o governo do presidente Alan García. Carros literalmente caindo aos pedaços circulam aos milhares pelas ruas esburacadas e sem sinalização de Lima. Não existem peças de reposição. Também não há tecnologia para fabricá-las nem dinheiro para importá-las. Nas imundas ruas do centro, o cheiro de urina se mistura ao das frituras feitas nas esquinas pela legião de desempregados que cresce junto com a miséria. Greves? Nem pensar. Cada vez menos trabalhadores se ariscam a parar e ver descontado um dia de trabalho de um salário que mal chega a 24 dólares mensais. Isso pode significar passar dois ou três dias sem comer.

Eleito com 48% dos votos no primeiro turno das eleições — mais do que os outros oito candidatos somados —, Alan García subiu ao poder com um inegável respaldo popular. Foi também uma época de festa. Afinal, era a primeira vez que um candidato do *Apra*, o partido de García, chegava à presidência. Haviam tido 60 anos de espera. Além disso, depositava-se muita confiança num presidente considerado de esquerda, formado em Economia em Paris, principalmente depois de dois governos do conservador Fernando Belaúnde Terry e 12 anos de ditadura militar. O problema é que os peruanos esperavam de García um milagre maior do que muitos brasileiros sonhavam com Tancredo Neves. García, certamente, sabia disso, e não fez nada para colocar

os pés dos peruanos no chão. Ao contrário, aproveitou-se de sua popularidade e adotou uma política econômica populista, criando um plano semelhante ao Cruzado de Dílson Funaro.

García aumentou salários, congelou preços e esvaziou as reservas em moeda estrangeira para jogá-las no mercado interno e estimular o consumo. Como a indústria nacional é obsoleta e depauperada, o Peru começou a importar demais. E lá se foram os dólares do país. Era o começo da crise. Prejudicado pela moratória que havia declarado no início do governo — já que poucos se atreviam a emprestar mais dinheiro ao Peru —, os peruanos ficaram sem dinheiro. A isso somou-se o problema do desabastecimento, obrigando o país a importar alimentos que sempre produzira. Em pouco tempo, o congelamento transformou-se numa piada de mau gosto e a inflação disparou. De todas as manobras de García, a mais desastrosa foi a decisão, em junho de 1986, de estatizar os bancos privados — de resto, uma medida pouco prática, pois 80% dos bancos já pertenciam ao governo. Isso pôs fim à confiança da iniciativa privada no governo. Os principais bancos estrangeiros fecharam as portas e a evasão de dezenas de milhões de dólares foi inevitável.

Inflação e drogas

O Peru acabou fechando o ano de 1988 com uma inflação superior a 2.000% e a previsão para este ano é de no mínimo 13.000%. Como não existe no país nenhuma modalidade de indexação da economia, os salários sobem apenas quando e quanto os patrões querem — isto é, raramente e pouco. Como se não bastasse, o governo de Alan García enfrenta sem sucesso o Sendero Luminoso — ou “trilha luminosa”, em português



Alán Garcia: populismo na economia

—, a violenta guerrilha maoísta que desde 1980 tenta tomar o poder. Nesses quase nove anos, o Sendero já causou com seus atentados prejuízos de mais de 10 bilhões de dólares. A ação do Sendero e a brutal repressão promovida pelo Exército, lançaram o país num dos mais sangrentos conflitos armados da história da América Latina.

Além disso, o governo enfrenta o problema endêmico da droga. O Peru é o maior produtor de folha de coca do mundo. A venda da matéria-prima da cocaína traz ao país 1 bilhão de dólares por ano, mais de um terço das exportações legais Peruanas. Em tempos de crise, a produção só tende a aumentar. Afinal, um hectare de coca rende quatro colheitas ao ano e 12 mil dólares ao agricultor que se arisca a plantá-la. Isso é dez vezes mais, por exemplo, do que ele ganharia cultivando milho. Em compensação, o país deixa de produzir alimentos e os dólares que entram no país, evidentemente, não são investidos na economia legal. Boa parte desse dinheiro está nas mãos de milhares de cambistas que vendem e compram dólares livremente nas ruas das principais cidades do país.

Apartheid

Seria leviandade, porém, resumir os problemas peruanos ao caos econômico do governo de Alan García. Os problemas do país são muito mais profundos. Vigora há séculos no país um verdadeiro *apartheid* dos 12% de brancos que

compõem a oligarquia peruana contra o restante da população — a grande maioria indígenas originários de selva e da cordilheira dos Andes. Trata-se de um exército de deserdados, gente desesperançada e esquecida por todos, todos os governos que já houve no Peru. “A questão econômica é apenas parte do problema”, explica Rodrigo Montoya, professor de Antropologia da Universidade de San Marcos, a mais antiga de todo o continente americano. “A oligarquia não vê o profundo conflito racial e armado que existe no país. Tudo se limita a observar a inflação, numa competição de maus presságios. Parece que ninguém entende os gravíssimos problemas do Peru”.

Os táxis de Lima não têm taxímetros. O preço é cobrado segundo as roupas e a cor da pele do freguês. Os empregos são negados cinicamente aos indígenas, que acabam sendo obrigados a procurar o subemprego como forma de sobrevivência. Isso faz com que cerca de 40% do PIB peruano saia dessa legião de subempregados. Mesmo com toda essa importância para a economia nacional, são tratados como cidadãos de terceira classe, com direitos limitados à educação e sem direitos à saúde e aposentadoria. Os ônibus, por exemplo, estão totalmente à margem do Estado. Qualquer pessoa pode comprar um ônibus num ferro-velho e fazer sua própria linha. Foi assim, aliás, que se formou a rede de transporte coletivo em Lima. O governo jamais tomou conhecimento e hoje,

por causa do tamanho da cidade, os motoristas-empresários estão organizados em cooperativas para organizar os itinerários e padronizar os preços.

A quinze minutos de Lima não existe mais Estado no Peru. A 25 quilômetros do centro, por exemplo, está Villa El Salvador, uma cidade de 300 mil habitantes que mais parece uma enorme favela. Não há luz elétrica nem água encanada (lá não chove nunca) em uma das mais populosas cidades do país, que tem prefeito e presta contas ao governo e desenvolve uma interessante experiência de gestão popular. No entanto, 38 das 40 escolas de Villa El Salvador foram construídas em mutirão pelos próprios habitantes. Só depois de diversas manifestações e passeatas, o Estado aceitou mandar professores. É como se eles não existissem. À medida que se afasta da capital, a presença do Estado é ainda menor. Um terço da população do país fala apenas quechua, o idioma dos índios. Isso explica por que a guerrilha está crescendo cada vez mais e chegando às cidades. “O Sendero é um movimento dos marginalizados”, define Raúl González, um dos únicos estudiosos do tema.

Na verdade, o Peru está à beira de uma guerra civil. Talvez essa situação dure anos. Talvez isso jamais venha a acontecer. Mas uma coisa é certa: o país está se esfacelando e a oligarquia que governa o país dos elegantes — embora quase decadentes — bairros de Miraflores e San Isidro não quer enxergar isso. De fato, parece acreditar que a velha fórmula de garantir o poder à custa da dominação, da humilhação e da opressão funciona para sempre. Hitler também acreditava nisso, e a Alemanha pagou caro.

* Jornalista da *Veja*, que esteve no Peru em dezembro passado

Presidiários

O direito à cidadania

O recente massacre de presos num distrito policial de São Paulo revela a falência do sistema penitenciário brasileiro e a necessidade de fortalecer uma política de direitos humanos no setor

Márcia Jaime *

Dezoito detentos morreram asfixiados em 5 de fevereiro passado numa cela-forte do 42.º Distrito Policial (DP), na zona leste de São Paulo. Após uma tentativa de fuga, logo controlada, 63 presos foram colocados pelo encarregado da delegacia em uma cela de 1,5 por 3 metros, como punição à tentativa de fuga. Desses, além dos dezoito mortos citados acima, doze ficaram feridos por golpes de cassetete. Dentre os mortos, Manoel Silvestre da Silva, condenado a três meses por uma briga com seu genro.

Os presos ficaram no cubículo por três horas. Seus gritos de apelo não foram atendidos. Foi um massacre digno de qualquer campo de concentração nazista.

Como em outras ocasiões, as autoridades, além de lamentar os aconteci-

mentos, eximem-se da responsabilidade pelas mortes e não se cansam de afirmar que os fatos serão apurados até às últimas consequências. Não se esquecem também de queixar-se da superpopulação e da falta de verbas para a construção de novos presídios. O discurso, porém, se distancia muito da ação: em 1987 foram gastos apenas 0,2% do total dos orçamentos dos estados na construção de presídios; em 1986, 0,1%, em 1985, 0,06% e em 1984, 0,05%.

Na verdade, o episódio do 42.º DP é mais um exemplo da violência praticada pelo Estado em nome da ordem. O massacre teve intuito retaliativo e de vingança, pois a tentativa de rebelião foi controlada em dez minutos. Um dos envolvidos teve o desplante de afirmar frente às câmaras de TV que, com medo da revista, os presos correram para a cela-forte e lá se fecharam.

O direito de ser julgado pela sociedade é uma conquista da humanidade, em contraposição à Justiça feita pelas próprias mãos. Toda e qualquer morte ocorrida nas prisões, de pessoas sob a proteção das autoridades, deve ser debitada na conta pública do Estado.

A questão estrutural

Será esse episódio um fato isolado? Certamente não. Para exemplificar o estado medievall das prisões brasileiras, basta lembrar os assassinatos em série nos presídios mineiros há três anos como forma de protesto contra a superlotação e pela melhoria das condições carcerárias. Os presos procuravam chamar a atenção para a incompetência do sistema penitenciário, que pode ser classificado, sem qualquer receio, como o pior serviço público brasileiro.

Contudo, o que existe é a complacência geral, desde o

mais alto escalão das autoridades até o policial de rua, apoiados por setores da sociedade — inclusive entre os mais pobres — contaminados por uma cultura baseada no jargão “bandido tem que morrer”. Nas delegacias e unidades da Polícia Militar, a orientação é “jogar pesado”. Percebe-se também o aumento dos abusos nos distritos policiais e no sistema penitenciário, sempre que não há uma política efetiva de defesa dos Direitos Humanos.

A complexidade do problema é tamanha que não será possível resolvê-lo com medidas isoladas. Não haverá saída para a violência institucional, especialmente na penitenciária, sem mudança social. O combate ao problema estrutural deve vir acompanhado da democratização da Justiça, permitindo seu acesso a todos os interessados, pondo fim à impunidade, à corrupção, à tortura e ao abuso do poder.

Reabilitação

Antes de pensar em aumentar o número de vagas nos presídios (preocupação dos governantes), o certo seria adotar medidas que impeçam o aumento do número daqueles que ingressam nas prisões. Segundo dados do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, a população prisional é de 87 mil detentos, para cerca de 36,1 mil vagas no sistema penitenciário. Faltam, pois, cerca de 50,9 mil vagas, sem falar no número de condenados em liberdade, que chega a 80 mil.

Em São Paulo, a população carcerária é de 30 mil presos, aproximadamente. Até pouco tempo 16 mil deles viviam em cadeias públicas e distritos policiais. A

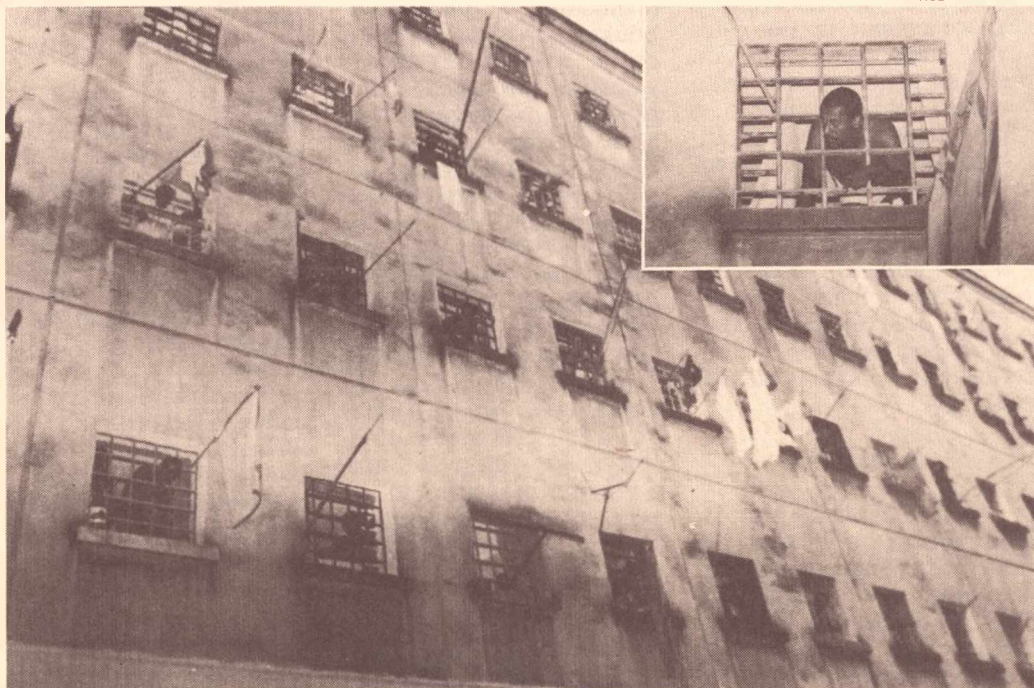
Casa de Detenção de São Paulo, maior presídio do mundo, abriga cerca de 7 mil presos; mas sua capacidade é de 2,5 mil vagas.

Com base em princípios que regem a vida do cidadão em qualquer regime democrático, o delinquente tem direito à reabilitação. Mas nos cárceres brasileiros a preocupação central é com a segurança dos estabelecimentos, que acabam servindo melhor ao crime que a segurança da população. É preciso não esquecer que esses presos, submetidos a toda sorte de violência, voltarão um dia ao convívio social.

As prisões brasileiras, por abrigarem quase na totalidade negros e pobres, são na verdade prisões políticas, onde pessoas anônimas não possuem qualquer direito à cidadania. Para se ter uma idéia, a grande maioria da população carcerária não possui advogado particular. Muitas vezes em razão da ausência de assistência jurídica, presos permanecem encarcerados apesar de cumprida a pena determinada pelo juiz.

Segundo dados da Fundação Nacional de Amparo ao Trabalhador Preso (1980), no estado de São Paulo, quase um terço dos presos poderia estar em liberdade se pudesse pagar um advogado. Em 1978, o juiz da Vara das Execuções Criminais do Rio de Janeiro declarou que a maioria absoluta da população carcerária poderia ser colocada em liberdade se o interno tivesse condições de fazer valer seus direitos. Não acreditamos que a situação atual seja diferente.

* Vice-presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo



Presídio em São Paulo: condições subhumanas

Roberto Parizotti

Corpo	Avanço	Fonte	Medida	Caixa	Retrança	Lauda n.º
Esquerda	Centrado	Direita	Observações:			

Você já ajudou a fazer um jornal?

Há um ano o Boletim Nacional saía com 10 mil exemplares de tiragem mensal. Saltamos para 30 mil exemplares, mas ainda é pouco.

O interesse pelo PT cresceu muito nesse período. Todo mundo quer saber do desempenho dos trabalhadores nas prefeituras conquistadas em nov/88; dos nossos vereadores, deputados estaduais e deputados federais. A militância está a todo vapor na Campanha Presidencial, batalhando para levar o PT ao poder.

Hoje o Boletim Nacional não pode ser mensal, tem que sair com mais frequência; os 30 mil exemplares não chegam, vamos dobrar a quantidade; e Boletim é pouco - tem que ser Jornal.

Ajude-nos a fazer o novo jornal.

Escreva-nos dizendo quais assuntos gostaria de encontrar, dando sugestões sobre a venda de assinaturas e de exemplares e também opinando a respeito do nome - como deverá se chamar o jornal?

RECEBA AS PUBLICAÇÕES DO PT

Obs.: Quem já assina o Boletim Nacional automaticamente receberá o novo jornal, a mesma quantidade de edições a que tiver direito. Quem assinar agora o Boletim Nacional estará assinando na verdade o novo jornal. Aproveitem!

Agora está simples e rápido. Escolha quais publicações lhe interessam, calcule o valor total das assinaturas e envie **cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores**, juntamente com este cupom preenchido, para:

Departamento de Circulação do PT
Av. 11 de Junho, 260

04041 - São Paulo - SP

Não tem cheque?
Procure o seu diretório e faça as assinaturas

NÃO MANDE VALE POSTAL

- () Jornal do PT - 12 edições - NCz\$ 8,00
() Revista Teoria & Debate - 4 edições - NCz\$ 8,00
() Boletim Nacional - 12 edições - NCz\$ 5,00

Nome:.....
End.:.....
Cidade:..... Estado:.....
Cep:..... Profissão:..... ICTelefone:..... Filiado ao PT?.....

Comunicação

A Rádio-Livre Meia Ponte

Em Pirenópolis, um grupo de radioamantes montou um transmissor durante a campanha eleitoral de 88, com quatro programas semanais.

Sérgio Amadeu da Silveira*

Poderá uma legislação impedir - na virada do século XX - que jovens, trabalhadores, cidadãos, utilizem seus conhecimentos eletrônicos para viabilizar meios de comunicação mais velozes e mais abrangentes?

A resposta é não!

O "não" mais recente vem da longínqua Pirenópolis. Um dos primeiros municípios de Goiás, Pirenópolis foi tombada pelo patrimônio histórico, principalmente devido ao inestimável valor de sua arquitetura. Dos seus trinta mil habitantes a metade se encontra na zona rural. Nenhuma rádio era sintonizada em todo o município até o ano passado.

A partir de setembro de 1988, uma rádio livre invadiu os ares da cidade com quatro transmissões semanais. Era a *Rádio Jornal Meia Ponte*, operando a partir de um transmissor FM não autorizado pelo Estado. Com a potência de 40 Watts a FM livre *Meia Ponte* conseguia atingir a totalidade do município.

"*Meia Ponte* era o antigo

nome da cidade e, também, o nome do primeiro jornal de todo o Oeste brasileiro, um matutino produzido aqui em Pirenópolis", declarou Sérgio Galeão, fundador da rádio.

Apesar de ser presidente do Diretório Municipal do PT, Galeão e os demais radioamantes, ou guerreiros hertzianos, conduziram a *Meia Ponte* com total independência partidária. A rádio procurou atrair a participação da comunidade e tornar-se um instrumento das lutas da população, destacando-se na defesa do meio ambiente.

"Querem construir um hotel nas margens do Rio das Almas, que corta nossa cidade. A Prefeitura e os empresários interessados escondem da comunidade o seu projeto. Esgoto, poluição, impacto, desmatamento de grande área, enfim o que acontecerá? A *Rádio Jornal Meia Ponte* se ligou ao movimento ambientalista na conscientização da população", afirmou Galeão.

A primeira rádio de Pirenópolis nasceu como as primeiras rádios do mundo: livre da ingerência do Esta-

do. Os integrantes da rádio sabiam que a *Meia Ponte* não era legal, por outro lado, nunca optaram pela clandestinidade. A *Rádio Jornal Meia Ponte* durante as transmissões divulgava o endereço e o telefone dos seus estúdios.

O surgimento da primeira rádio empolgou a cidade. Na Praça da Matriz os bares sintonizavam a FM. Geopoliticamente situada, encostada à Prefeitura, ao lado do Fórum e junto aos dois bancos, na Rua Benjamin Constant n.º 16, a *Meia Ponte*, após 15 de Novembro, passou a operar diariamente das 16 às 24 horas.

A produção era ao vivo - quase não se utilizava fitas - e chegou a contar com 38 integrantes. Para não ferir suscetibilidades, a rádio não transmitia durante a "Hora do Brasil".

As elites da cidade tiveram uma reação confusa diante do fenômeno, setores importantes encaravam com simpatia o surgimento da rádio. A própria Justiça Eleitoral utilizou a rádio para a divulgação de notificações, orientações e boletins eleitorais.

Caso isolado?

O fenômeno ocorrido em Pirenópolis não é um mero caso isolado na história da radiodifusão brasileira. No início da década de 80, na cidade paulista de Sorocaba, por volta de 40 emissoras de rádio operavam livremente sem autorização do Estado. Da XILIK, passando pela FM DENGUE na paulicéia desvairada, indo os confins do Norte ou no sertão da Bahia, é cada vez mais frequente a utilização de transmissores de FM para panfletagens eletromagnéticas de idéias, músicas e sons, politizados ou não.

A Constituição avançou timidamente na democratização da comunicação eletrônica, a principal da atualidade. Os critérios para o Estado aprovar uma concessão de rádio ou TV estão na Lei 4117/62, quem servem exclusivamente ao apadrinhamento político e ao poder econômico. Apesar do Congresso Nacional dar a última palavra sobre a aprovação ou não da concessão, a iniciativa de propor que deve recebê-la continua nas mãos do Poder Executivo, através de seus órgãos técnicos -

Ministério das Comunicações e Dentel. É preciso que o PT destaque uma comissão para formular a alteração do Código Brasileiro de Telecomunicações, Lei 4117/62, inclusive colaborando com a companhia do Lula.

O Código atual e o Regulamento da Radiodifusão impedem a existência de rádios e TVs de baixa potência. Daí, a inviabilidade de se construir rádios e TVs comerciais no conjunto dos municípios, pois as exigências são descabidas e muito onerosas, afastando a iniciativa privada.

Em cidades pequenas, a publicidade tende a ser insuficiente para a geração de lucros compensadores ou até mesmo para sustento de uma rádio nos padrões exigidos por lei. Isto explica por que a primeira rádio de Pirenópolis era livre e comunitária e não comercial.

Sindicatos rurais, movimentos ambientalistas, grupos de jovens não devem esperar que a burguesia lhes conceda um poderoso instrumento de comunicação. Desobedeça e apareça!

(SAS)

"Sei que é doloroso fechar uma rádio que podia estar servindo à comunidade", admitiu Durval Branco, diretor regional do Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações), ao jornal *O Popular*, no dia 29 de dezembro do ano passado, dois dias após o envio de técnicos a Pirenópolis com o objetivo de lacrar os transmissores da *Rádio Jornal Meia Ponte*, a partir de denúncia anônima e covarde.

Na manhã de 27 de dezembro, um fiscal e um agente acompanhados de um motorista - todos do Dentel - após lacrarem o transmissor, entregaram uma intimação para Sérgio Galeão comparecer em Goiânia, na diretoria regional do órgão fiscalizador das telecomunicações.

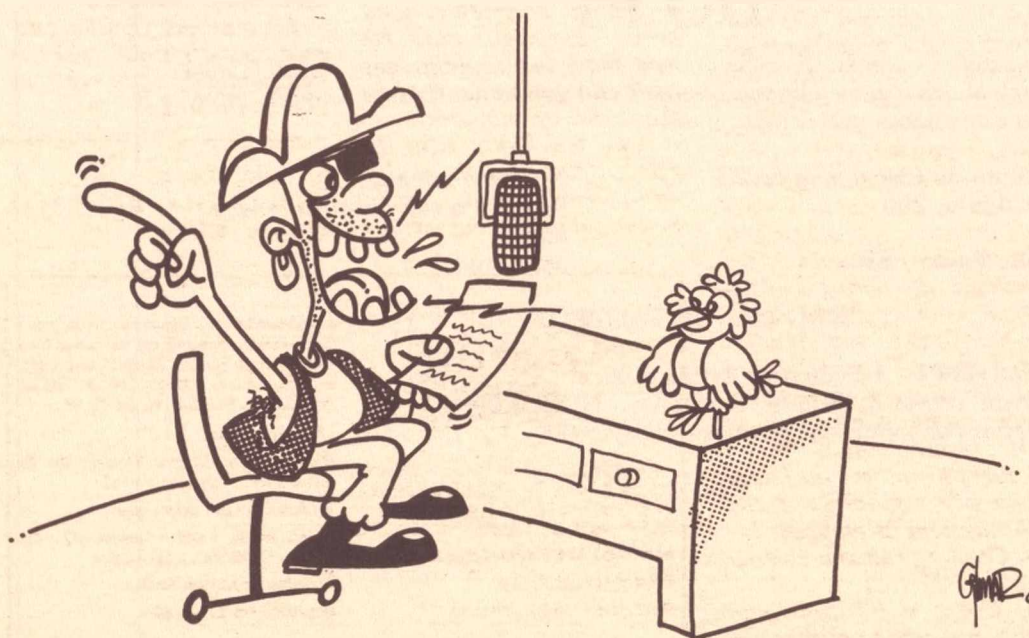
Abaixo-assinados com mais de mil assinaturas da população de Pirenópolis, manifestações solidárias da Fenaj e de inúmeros deputados, antecederam a "visi-

ta" de Galeão ao Dentel. Lá, o jovem desobediente e livre comunicador das ondas eletromagnéticas foi bem recebido e estimulado a solicitar uma concessão para a sua emissora. O próprio Durval se comprometeu a conseguir uma audiência com o ministro das Comunicações.

Ocorre que quem decide agora sobre concessões não é apenas o Poder Executivo, através de uma suspeita avaliação técnica do Ministério das Comunicações, que outorgava as concessões. Após a promulgação da nova Constituição, o Congresso Nacional tem ao menos o poder de avaliar e vetar as concessões indicadas pelo Ministério.

O fato é que Pirenópolis não pode parar! A atual legislação sobre a comunicação eletrônica (rádio e TV) no Brasil está, como o ministro Antônio Carlos Magalhães, infartada e caduca.

* Assessor parlamentar



A bittagem carioca

O processo eleitoral de 1988 no Município do Rio de Janeiro foi mais complexo do que alguns querem fazer crer. O artigo publicado no Boletim Nacional n.º 41 provocou indignação em vários companheiros que participaram da campanha. Sem dúvida o carioca "Bit-tô" em 15 de novembro. As causas dessa opção decorrem, em parte, do crescimento nacional do partido e, em parte, da situação específica do Município.

Contrariando algumas análises simplistas - que atribuíram à chacina de Volta Redonda a expressiva votação que o PT obteve - diversos fatores contribuíram para que, no Rio, o partido chegasse em segundo lugar. Se repressão e assassinatos políticos revertessem em votos o PT governaria o país desde a sua primeira eleição.

Esta foi uma eleição atípica. A população não estava apática, mas irada. Diversos companheiros foram agredidos física e verbalmente pelas ruas da cidade, pelo simples fato de estarem fazendo... política. Mas o PT não se intimidou. Foi para as ruas discutir com a população; esteve em tantos debates quanto foi possível - o que poucos partidos fizeram.

Nessas ocasiões os companheiros Jorge Bittar e Cleonice Dias tiveram a oportunidade de, com muita propriedade, apresentar a proposta de administração do Partido dos Trabalhadores. E o fizeram demonstrando um profundo conhecimento da cidade, de seus problemas e grandes questões. Apresentaram propostas concretas e viáveis, aliando-as a um projeto moderno de sociedade para o País.

Foi assim que ganhamos o voto no PT, no projeto político do PT.

Houve ainda um voto que, apesar de não ser essencialmente petista, o é em potencial. Foram militantes e eleitores do PSB, PV e PCB que apesar de representarem um setor restrito da sociedade, são formadores de opinião, e com a retirada da candidatura de Jó Resende (PSB) acabaram

convergindo para o PT.

Além disso, não podemos desconsiderar o voto anti-brizolista que, apesar de não ser qualitativo, é um voto que se amplia na medida em que ao PDT vem perdendo terreno no Rio de Janeiro - cerca de 3% a cada eleição desde 1982. Os anti-brizolistas da esquerda à direita, dos 18 aos 80 oPTaram.

Contudo, de nada nos serviriam as melhores propostas, a melhor militância, os melhores candidatos se não houvesse direção partidária. Portanto, a criação da CNEM (Comissão Nacional de Eleições Municipais) e a estruturação do Diretório Municipal contribuíram para o avanço do PT/RJ.

Tentar compreender o processo eleitoral com reducionismos é, no mínimo, ler a bittagem carioca com os olhos da mídia empresarial.

Máslova Teixeira Valença
Rio de Janeiro/RJ

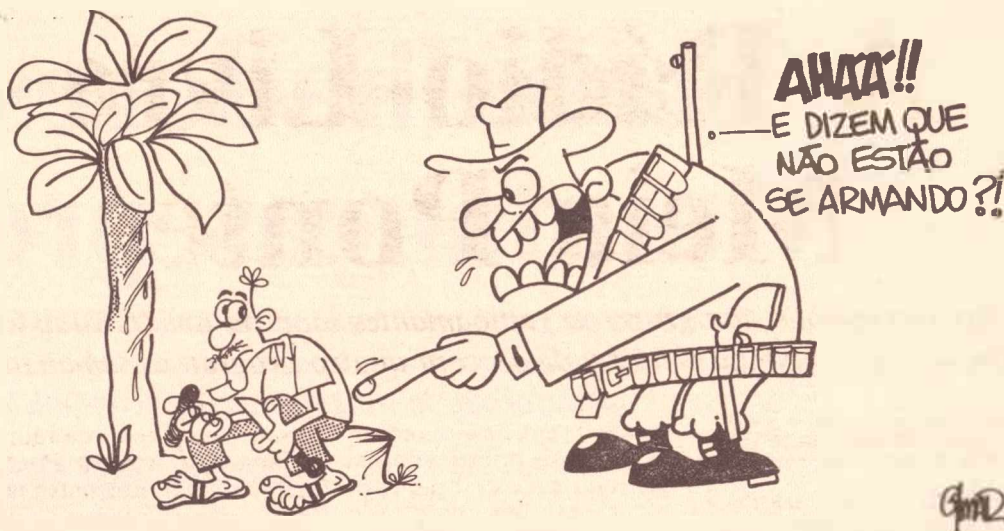
Petista escreve da RFA

Escrever esta carta está sendo tão difícil como foi para entender a vitória do PT nas eleições municipais. Morando na Alemanha Federal há mais de um ano, as notícias que chegavam a mim sobre as eleições me entristeciam (...), que apontavam a vitória da direita (exemplo: Paulo Maluf em São Paulo). (...)

A notícia das conquistas do PT em novembro, sem ter sido esclarecida a dinâmica que a influenciou, me deixou cheio de perguntas. Com as perguntas veio um certo sabor de vitória e desafio, onde a imaginação trabalhou mais que a militância. Como militante, exercitava a mente na busca de entender o resultado e como o PT faria para pôr nos gabinetes municipais o exercício de sua democracia e propostas.

Foi numa discussão de um círculo de trabalho para o Brasil (AK-BR) de estudantes católicos de esquerda, aqui na cidade de Munster, é que eu senti a necessidade de, talvez, contribuir para a discussão da plataforma de governo do PT.

Cartas



Esteve no dia 27 de janeiro passado no AK-BR o deputado federal Catenhusen, do Partido Social-Democrata Alemão (SPD). Ele é responsável pela comissão parlamentar que estuda os projetos entre Alemanha e Brasil na área de tecnologia e energia. Ele esteve no Brasil em dezembro passado para ver programas como o nuclear, espacial e de energia elétrica. O Congresso Alemão, também influenciado por essa visita, fez o Banco Mundial negar ao Brasil um empréstimo para construir uma usina faraônica na Amazônia. O projeto foi negado por não apresentar coerência entre economia e proteção ao meio ambiente. (...)

Ao terminar toda a conversa com o senhor Catenhusen formulei as perguntas destinadas ao PT sobre o programa de governo a respeito deste assunto (...):

- 1) Como o PT pretende produzir e distribuir energia, de modo que não satisfaça apenas os projetos militares e industriais, mas traga também benefícios aos trabalhadores, principalmente rurais?
- 2) A esta pergunta tão específica se liga uma questão de fundo: o que há de proposta para a geração de tecnologia alternativa e sua relação com os planos de desenvolvimento em vigor?
- 3) Como o PT se coloca para as alianças internacionais, numa economia de poder transnacional? Nacionalização radical ou barganha por seguranças trabalhistas com as empresas?
- 4) Qual a proposta ecológica do PT? (...)
- 5) Como o PT trabalhará com a máquina burocrática

do Estado? Substituição? Controle popular?

Marcos Gomes
Munster/RFA

Recado de um ex-metalúrgico

Sou filiado ao partido aqui em minha cidade. Mas sou militante do PT desde 1980, porque fui metalúrgico de São Bernardo do Campo durante 23 anos e ajudei a fundar o partido.

Conheço o Lula pessoalmente, além de Cicote, Djalma Bom, Expedito Soares e muitos outros.

As pessoas me convidam para me candidatar a presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Santa Rita. Queria saber se precisa ter tempo de serviço.

O atual presidente, meu primo, é pelego: para ele vale mais um tapinha nas costas do que o suor e os direitos dos trabalhadores.

Aqui em Santa Rita do Passa Quatro tem muito anti-petista. Mesmo assim minha família, meus irmãos

e alguns amigos que foram metalúrgicos dão a maior força para o partido.

Gostaria de saber quando vai ser lançada a candidatura do Lula para presidente. Nós estamos trabalhando para o PT com muita raça, muita fibra e muita coragem.

Moro aqui desde abril de 1987. Quando cheguei fui trabalhar na Celulose Papel Guatarapá (Celpg). Eu sozinho consegui fazer essa empresa, que pertence ao grupo Vorantim, parar durante 8 horas. Mandaram-me embora; mas não faz mal, tenho recebido convite para trabalhar na Usina Santa Rita, onde nasci e me criei e trabalhei seis anos antes de ir para São Bernardo.

Na época das eleições municipais tive debate e diálogos com candidatos dos outros partidos e tenho certeza que não perdi nenhum, porque o bom petista não se acovarda perante esses maus políticos.

Eu e minha família estamos contribuindo para a campanha do Lula junto ao Banco do Brasil.

Oswaldo Lopes
Santa Rita do Passa Quatro/MG



Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, Av. 11 de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP - fone: 575-2299.

Secretário de Comunicação: Rui Falcão

Editor: Cícero Araújo

Repórter: Marisa Lourenço.

Colaboradores: Bernardo Kucinski, Carlos Dias, Daniel Herz, Gilberto Carvalho, Hugo Scotte, Juarez Guimarães, Márcia Jaime, Olívio Dutra, Sérgio Amadeu da Silveira, Sérgio Sister.

Charges: Gilmar

Diagramação: Eliana Vasconcelos da Silva, João Francisco Esval

Tiragem: 30 mil exemplares

Comp. Mont. Fotol. e Impr.: DCI - Indústria Gráfica & Editora S.A.

Circulação: Milton Soares

Impresso em 23/03/89

Trabalhadores exigem mudanças profundas

O sucesso da greve geral convocada pela CUT e CGT revelou um movimento sindical mais amadurecido e capaz de aglutinar os trabalhadores em torno de uma plataforma de transformações econômicas e sociais do país

Foi a maior mobilização unificada de trabalhadores que o Brasil já conheceu. Isso é o mínimo que se pode dizer da greve geral de 48 horas convocada pela CUT e CGT nos dias 14 e 15 de março passados.

Segundo cálculos da direção nacional da CUT, cerca de 35 milhões (de um total de 50 milhões, pelas estatísticas do IBGE) de brasileiros cruzaram os braços para manifestar seu repúdio ao "Plano Verão". E não foi só gente dos grandes centros urbanos do sul e sudeste: na lista do comando da greve — admitida até pela grande imprensa — constam paralizações em locais que nunca se dispuseram antes a fazer greve geral.

Foi o caso de Macapá, capital do distante Amapá, onde os motoristas de ônibus aderiram em massa; de Cuiabá, no Mato Grosso, envolvendo motoristas, professores e comerciantes; das principais cidades do Nordeste, inclusive Piauí e Maranhão. Todos acompanhados de uma avalanche de passeatas e manifestações de protesto.

Para os dirigentes da CUT — cuja atuação foi decisiva para o sucesso da greve — o movimento sindical deu uma demonstração de competência e amadurecimento político, ao preparar minuciosamente cada passo dado, estabelecendo um estreito contato com suas bases para tomar as decisões mais importantes. E principalmente: ao entender a necessidade de superar divergências em prol da ação unitária das centrais sindicais.

"Os trabalhadores demonstraram, para quem ainda duvidava, que não aceitam o 'Plano Verão' e que não vão abrir mão da reposição das perdas sala-

riais", declara Jair Meneghelli, o presidente da CUT. Ele lembra que, além do fim do arrocho, a entidade quer também a suspensão do pagamento da dívida externa, reforma agrária, estabelecimento do contrato coletivo de trabalho e o fim do desemprego. Ou seja, uma mudança radical da política econômica.

Histeria da imprensa

Como era de se esperar, os principais veículos da grande imprensa tentaram minimizar a amplitude do movimento. Desta vez, com um dado novo: teria sido a ação "piqueteira" dos petistas que garantiram o sucesso "parcial" da greve.

A prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, chegou a ser ameaçada de intervenção federal, por ter declarado que não iria reprimir os trabalhadores da CMTC, a empresa municipal de transportes. O prefeito Vitor Buainy, de Vitória, foi até agredido por policiais. Estações de rádio e televisão transmitiam gritos histéricos de editorialistas ao noticiarem que o prefeito de Porto Alegre, Olivio Dutra, ajudava a convocar bancários — categoria a que pertence — para aderirem à greve.

São sinais preocupantes de que a burguesia brasileira continua cega à crise que assola o País, essa sim a principal responsável pelo sucesso da paralisação.

Enquanto isso, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, tecia ao repórter da Rede Globo rasgados elogios a Luis Antônio Medeiros, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da capital



Meneghelli: a maior greve contra o maior arrocho

Paulista, por este ter se empenhado em fazer greve por fábrica, desvinculadas da greve geral. Amato apenas expressou o temor supremo dos empresários: a unidade política dos trabalhadores.

Perspectivas

A julgar pelas declarações do ministro da Justiça, Oscar Dias Correia, que na noite de 13 de março falou em rede nacional de televisão para dizer que a greve é coisa de uma minoria de baderneiros, o governo continuará resistente a reformas essenciais. E, no que diz respeito a salários, faz seu o argumento da Fiesp: qualquer correção salarial está vinculada a aumento de preços.

A CUT não aceita essa chantagem. Como lembra o jornalista Jânio de Freitas, "o congelamento foi e está sendo um aumento de preços sem aumento do custo da mão-de-obra. Ou seja, um aumento do lucro". As empresas, portanto, têm reservas para reajustar salários sem aumentar preços. Essa é a posição do movimento sindical.

"Esperamos que o governo tenha entendido nosso recado. Senão, vamos paratudo novamente", previu Meneghelli.

O plano sindical do PT

O tesoureiro da CUT, Delúbio Soares de Castro, é o novo secretário sindical nacional do PT. Ele expôs ao BN seus planos para a secretaria.

"Na minha opinião, a secretaria sindical deve enfrentar três desafios básicos: articular a campanha Lula no movimento sindical; mobilizar os sindicatos para que, junto com o partido, atuem na votação das leis ordinárias e complementares previstas pela nova Constituição, na elaboração das Constituintes Estaduais e nas Leis Orgânicas dos municípios; e implementar organicamente a própria secretaria", afirma Delúbio.

Este último ponto, especialmente, significa, para Delúbio, "a preparação da luta cotidiana do movimento sindical e o aprofundamento do debate sobre questões, como a relação entre o partido e os sindicatos.

Quanto à campanha presidencial do PT, Delúbio lembra, primeiramente, que "a recepção



Delúbio: produzir política

da candidatura Lula no movimento sindical é extraordinária". Por isso, um cuidadoso plano de trabalho no setor está sendo preparado. No dia 21 de março passado, todos os secretários sindicais estaduais do partido e mais os dirigentes sindicais petistas que atuam em entidades nacionais se reuniram para discutilo.

Como uma ação inicial, a secretaria sindical está organizando um almoço para cerca de mil dirigentes sindicais no Rio de Janeiro com a presença do Lula, previsto para 8 de abril.